

# SESSÕES DO PLENÁRIO

**18ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 06 de dezembro de 2016.**

**PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO**

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(56)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo) Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Há sobre a mesa um requerimento:

(Lê) *“Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Requerimento de Urgência nº 8.813/2016 para o Projeto de Lei nº 22.051/2016; e Requerimento de Prioridade nº 8.814/2016 para o Projeto de Lei nº 21.999/2016.”*

Está deferido o requerimento.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, minha questão de ordem se deve porque houve um requerimento aprovado aqui tempestivamente, no início da sessão ordinária, que remetia o início da sessão para 60 minutos após o encerramento desta.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Dois minutos, deputado!

O Sr. Targino Machado:- Sessenta minutos: meia zero.

(O deputado Sandro Régis fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas foi lido 2 minutos, foi consertado.

O Sr. Targino Machado:- Não. 60 minutos, Sr. Presidente! Foi fotografado, temos aqui a fotografia. Queria requerer inclusive a V.Ex<sup>a</sup> que mandasse esse requerimento para o Instituto Carlos Éboli, no Rio de Janeiro, um instituto técnico, fazer a averiguação pra ver quem foi que o falsificou.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, ouça: está aqui o requerimento.

O Sr. Targino Machado:- Se nós apresentarmos a V.Ex<sup>a</sup> a fotografia do requerimento...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o deputado Aderbal Fulco Caldas, não sei se está aqui presente, foi ele que estava presidindo...

(A Secretaria da Mesa informa que foi o deputado Luiz Augusto quem presidiu e leu o requerimento.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, só um segundinho.

Peço a Taquigrafia. Venha a taquígrafa aqui, por favor.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Targino, vou suspender a sessão e ver da Taquigrafia o que foi lido. É o que vale.

Deputado Luiz Augusto, V.Ex<sup>a</sup> sabe quais foram os minutos?

Declaro suspensa a sessão até a taquígrafa voltar e informar os minutos.

(A sessão é suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, reabro os trabalhos.

(Lê) *“Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta.”*

O Sr. Targino Machado:- O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex<sup>a</sup> agora se dá por vencido pela primeira vez na sua vida.

## GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de até 25 minutos.

**A Sr<sup>a</sup> FABÍOLA MANSUR:-** Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, membros das Galerias, realmente vivemos tempos de turbulência nacional em que precisamos tentar harmonizar o máximo possível para encontrar saídas mantendo a Constituição, defendendo a democracia, a autonomia entre os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e mantendo a independência e o respeito mútuo.

Fala daqui uma deputada que, na verdade, inicialmente ajudou a colher assinaturas para as 10 medidas contra a corrupção. Tenho certeza de que todos aqui defendem a Lava-Jato, mas também o cumprimento dos rigores que prevê a nossa Constituição. Hoje o que vemos é esse momento difícil, de turbulência, e o que pedimos é o respeito à vontade popular na mesma medida em que se respeita a nossa Constituição.

Mas, o que me traz aqui, com todo o respeito que temos a deputados que fazem o debate, é para explicar ao deputado que me antecedeu e que falou sobre o contrato de emergência na Sesab.

O Sr. Hildécio Meireles, certamente, é um deputado qualificado, a quem eu respeito muito. Estamos em várias frentes. Dentre elas, há a frente em defesa de hospitais filantrópicos, a frente em defesa das Santas Casas. Sabemos das necessidades, das dificuldades e dos desafios por que passam os gestores municipais em razão do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal para a contratação de pessoal, seja na saúde, seja na educação, seja segurança pública.

Os deputados Zé Raimundo e Joseildo Ramos já foram grandes prefeitos e sabem disso também. Todo e qualquer gestor sabe que o concurso público seria a forma de mais estabilidade não só para o servidor mas também para aquele serviço prestado. Porém, nem sempre, isso é possível. E assim o foi, deputado, nessa questão do contrato emergencial.

Quero dizer aqui que, segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia e segundo a lei de licitações, é proibido a um médico ser membro estatutário do Estado e, ao mesmo tempo, ser integrante de uma empresa como pessoa jurídica.

Isto é, se eu sou concursada pelo Estado e, paralelamente a isso, tenho uma empresa e presto serviços ao Estado, entendeu o Tribunal de Contas do Estado que isso não pode acontecer. E, há quatro anos, instou a Sesab, através da Gepam (Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa), criado pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, a resolver a situação. Ocorre que inúmeros médicos estavam nessa condição até por vontade própria, porque tinham suas empresas, ou seja, suas pessoas jurídicas.

Neste ano, deputada Neusa, houve a tentativa da Sesab de pagar por indenização. Esse fato gerou atrasos nos pagamentos de anestesistas, neonatologistas e obstetras. Isso afetou, sobremaneira, os serviços prestados pelas maternidades públicas, a saber do Hospital Geral Roberto Santos, da Maternidade Tsylla Balbino, do Iperba (Instituto de Perinatologia da Bahia) e do Centro Médico Albert Sabin.

O Conselho Superior das Entidades Médicas da Bahia – formado por Sindimed, Cremeb e Associação Bahiana de Medicina (ABM) – junto à Saeb, à Sesab, ao Ministério Público e aos médicos prestadores se reuniram quando viram a dificuldade de esses médicos prestarem serviço, porque estavam sem contrato e estavam sendo pagos por indenização e sofrendo por isso.

Deputado Alan Sanches, V.Ex<sup>a</sup> é médico e sabe disso. Somos deputados e, ao mesmo tempo, médicos. Portanto, nós, médicos, aqui, defendemos o pagamento dos médicos por seus serviços prestados. Mas, por uma inviabilidade, em razão daquilo que pontuaram o TCE e o Ministério Público, nós vivíamos um dilema. Ora, precisávamos manter aqueles serviços de obstetrícia, anestesiologia e neonatologia e, ao mesmo tempo, remunerar, tempestivamente, os médicos e não gerar desassistência.

Nessa reunião, com várias partes ali representadas, depois da greve que geraria a desassistência, ficou definido que haveria um contrato emergencial por três meses, começando em 1º de dezembro para que, nos moldes das contratações do HGE, uma empresa pudesse ser a empresa guarda-chuva ao terceirizar os serviços desses médicos com o acordo de todas as partes envolvidas para não termos desassistência desses serviços.

Obviamente, todos nós – eu inclusive – defendemos, sempre, que os médicos sejam concursados ou regidos pela CLT. A defesa foi a de que esses profissionais da saúde pudessem ser celetistas dessa empresa que foi selecionada por pregão.

Nós, realmente, temos os números. São R\$ 27 milhões por três meses. São R\$ 9 milhões por mês. Mas são R\$ 9 milhões que equivalem a mais de 7 mil postos de trabalho. E quanto a postos de trabalho, entenda-se este como o valor de R\$ 12 mil por um plantão de 12 horas ao mês; ou, no mês, um médico recebe em torno de R\$ 5 mil e médicos plantonistas recebem em torno de R\$ 10 mil.

O fato é que se reduz bastante essa quantia, pois ela é, realmente, importante no valor de R\$ 9 milhões. Porém, o mais importante disso é que se se divide isso pelos 7 mil postos de trabalho/mês e por esses postos de trabalho que equivalem a plantões de 12 ou 24 horas, não haveria uma outra alternativa senão aquela pactuada por quem entende que tem de se cumprir as normas assim determinadas pela Constituição, pela lei do servidor público, pela lei das licitações, por ter de cumprir as determinações do TCE, do Ministério Público e, também, por ter de pagar os salários em dia dos profissionais da área da saúde em condições não precárias de trabalho. E, assim, foi feito.

Portanto, subo a esta tribuna até porque, em todos os momentos, eu, aqui, estive para debater a saúde. Eu, sempre, disse, aqui, que o meu partido é a saúde.

Debate a saúde sugerindo, criticando, pontuando, mostrando análises e saídas e fazendo o que for o possível, a fim de melhorar a área médico-hospitalar para atender a pacientes.

Anteriormente, havia, aqui, um pleito. Um outro deputado, que nos antecedeu com muita justiça, defendia a reabertura de leitos no Hospital Especializado Octávio Mangabeira. Tal proposta procede. Acho que é dever do Estado entrar em serviços que, às vezes, têm a oferta diminuída pela iniciativa privada ou, às vezes, têm a oferta diminuída por quem quer que seja ou, às vezes, por ordem de serviços. Um exemplo disso é a doença da tuberculose que, ainda, é prevalente em nosso Estado e teve as suas possibilidades de tratamento bastante diminuídas.

Então, na saúde, estaremos, sempre, em defesa da melhoria das condições de saúde, da saúde da população, dos profissionais de saúde, mas, sempre, tentando aqui esclarecer e trazer propostas. Conversei com o secretário Fábio Vilas-Boas e com alguns membros das entidades médicas para que pudéssemos esclarecer os porquês. Certamente, estaremos acompanhando os contratos durante os próximos três meses. E quanto a essa empresa escolhida, nós esperamos que, ao fim de fevereiro de 2017, possamos ter uma solução para não haver descontinuidade desse serviço.

O Sr. Zé Raimundo:- Um aparte.

**A Sr<sup>a</sup> FABIOLA MANSUR:-** Um aparte ao deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Gostaria, deputada Fabíola Mansur, médica e empreendedora, de parabenizar V.Ex<sup>a</sup> por essa reflexão muito séria e muito importante, porque, com o advento do Sistema Único de Saúde, sobretudo, durante o início da década de 1990 e, agora, nestas duas décadas do início deste século, foram criadas várias alternativas e, ao mesmo tempo, também, vários problemas, sobretudo, para os municípios gerenciarem os problemas e os programas de saúde.

V.Ex<sup>a</sup>, nobre deputada, se lembra de que, no começo, por exemplo, os agentes comunitários e os agentes de endemias eram contratados pelos municípios de forma muito precária. Nós evoluímos, digamos assim, para dar uma estrutura jurídica através de seleção de leis que estabilizaram esses profissionais. Em seguida, os programas de saúde eram, também, cofinanciados pelos governos federal, estaduais e municipais. E os municípios, muitas vezes, remuneravam, precariamente, tais categorias.

E, agora, surgiram a gestão dos hospitais e a gestão dos programas. E, mais recentemente, o governador Rui Costa criou uma outra alternativa. Há o projeto das policlínicas regionais que vão trazer, também, os consórcios para vários municípios. Nesse intervalo, se tentou, também, a Fundação Estatal Saúde da Família. Então, são vários os mecanismos que estão sendo tentados para uma provável solução. É um experimento, na verdade, da gestão da saúde pública, visando, evidentemente, a atender o cidadão e a dar uma certa tranquilidade aos profissionais.

Então, este tema, trazido a este debate por V.Ex<sup>a</sup>, merece o acompanhamento e a atenção de todos nós. No caso de Vitória da Conquista, nós tínhamos o Hospital

Esaú Mattos como um hospital que tinha sido concedido à Santa Casa. O nosso governo trouxe o referido hospital de volta para a administração centralizada. No entanto, tivemos um problema. Criamos uma fundação pública que controla para, inclusive, diminuir um pouco a questão da folha de pessoal.

Este é um debate que merece toda a atenção dos deputados.

Parabenizo V.Ex<sup>a</sup> por, sempre, vir acompanhando o assunto, uma vez que, também, é da área e tem uma experiência para ajudar o governo a solucionar os seus problemas na defesa dos profissionais e, também, nas defesas dos empresários e dos empreendedores que assumem essa responsabilidade para melhorar a qualidade na ponta ao conseguir atender ao cidadão necessitado desses serviços de saúde.

Enfim, este é um tema que merece a atenção de todos nós.

Parabéns pela intervenção.

**A Sr<sup>a</sup> FABÍOLA MANSUR:-** Agradeço o aparte de V.Ex<sup>a</sup>, deputado Zé Raimundo, e incorporo as suas palavras ao nosso pronunciamento.

Digo ser obrigação de todos nós, deputados desta Casa, defender os interesses de todos os cidadãos e as cidadãs baianas ao fiscalizar, sugerir e, também, compreender que todos nós ou alguns de nós fomos, somos ou seremos, mais de uma vez, gestores com os mesmos mecanismos de controle através da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos limites prudenciais.

Tais inobservâncias fazem com que, muitas vezes, o gestor esteja com suas contas reprovadas, pois ele tem de ou atender ao TCE, ou ele tem de atender à população e à Justiça. Bem, nós trazemos, sempre, com muita responsabilidade, essas reflexões, deputado Zé Raimundo. Tenho certeza de que a Oposição, também, o faz no sentido de tentar resolver. Aqui, procuramos, sempre, explicar, efetivamente, os porquês do que acontece na saúde.

Hoje, mais cedo, estávamos no 5º Encontro de Prefeitos promovido pela UPB. Lá, estavam vários deputados que se encontram aqui exatamente porque teremos os eleitos ou os reeleitos para ajudar os nossos municípios a enfrentarem os desafios da gestão. Dentre os desafios, estão uma baixa arrecadação pela crise econômica e uma baixa transferência de recursos para os municípios do Fundo Estadual de Saúde da Bahia (Fesba) e do Fundo Nacional de Saúde (FNS) que englobam a centralização dos recursos na União.

Sou municipalista assim como V.Ex<sup>as</sup> também. Sabemos que se não houver um novo pacto federativo, vamos continuar a ter prefeitos e prefeitas de pires na mão a pedir recursos para os seus municípios, pois muitas políticas públicas não estão sendo realizadas.

São impossíveis as contrapartidas. São impossíveis os retalhamentos de políticas. É importante que, no momento de turbulência e no momento bombástico, fortaleçamos o Legislativo e a sua importância fiscalizatória como a de apresentar

soluções e estar, efetivamente, com o povo nas suas principais demandas ditas aí: saúde, educação e segurança pública.

Quero aproveitar para parabenizar pela realização do 5º Encontro de Prefeitos promovido pela UPB. Lá, estiveram o governador Rui Costa e a presidente Quitéria da UPB. Os futuros prefeitos e prefeitas estavam lá para serem diplomados e diplomadas. Quero saudar o nosso prefeito Adriano de Mundo Novo, assim como todos os vereadores que foram diplomados.

Gostaria de dizer que nós nos associaremos aos prefeitos e às prefeitas baianas para enfrentar os desafios de gestão e honrar os compromissos que foram, certamente, feitos durante a campanha nas principais áreas sociais. Mas há de se fazer isso com a responsabilidade da gestão responsável para dizer sim quando se deve dizer sim; e dizer não quando não der para se dizer sim.

Hoje, estamos aqui para aprovar Lei Orçamentária de 2017. Aproveito para dizer da minha tristeza. Entendo que vivemos um momento difícil. Mas defendo, também, a cultura além da saúde.

Quando tomei posse pela primeira vez e fiz o meu discurso, estava aqui o deputado Marcelino Galo, se não me engano, como defensor da cultura. A nossa esperança conjunta, deputado, é a de estabelecermos, ao menos, 1% de Orçamento do Estado para a cultura. Defendemos aqui, durante 2015, que a cultura não fosse contingenciada, porque tinha um Orçamento já combalido de 220 e poucos milhões.

Sabemos da importância das áreas prioritárias. Mas a cultura forma cidadãos. A cultura é libertária. A cultura deve ser prioritária em um Estado como a Bahia, pois este é o Estado da diversidade e da pluralidade, onde há a capacidade de honrar o País no exterior, como referência de cultura em suas diversas linguagens, seja no teatro, música, gastronomia ou audiovisual, através de um celeiro imenso de talentos.

Como deputada da Base, quero, aqui, sim, falar da minha tristeza pela necessidade de redução do Orçamento na área da cultura em 25%. Farei, aqui, o uso de um jargão médico em relação a obesos e anoréxicos. Deputada Fátima, não dá para pedirmos, a uma pessoa anoréxica, já de baixo peso, que perca mais peso, porque isso pode comprometer, seriamente, a saúde da pessoa doente. Bem, quanto ao obeso, nós podemos pedir para ele perder os quilos a mais, porque fará, até, bem à saúde. Fazendo essa analogia, quero dizer que a cultura é, praticamente, anoréxica.

Logo, não houve tempo hábil para eu apresentar alguma emenda, a fim de garantir a permanência do percentual da cultura no Orçamento para o ano de 2017 em um esforço conjunto de todas as pastas para proteger a cultura. Sei do compromisso do governador Rui Costa com essa área. No entanto, esse compromisso precisa estar expresso no Orçamento. Claro, um Orçamento empenhado depende de receita estimada e não se sabe se será atingido, pois depende da crise.

E quero parabenizar, também, o Estado da Bahia por estar entre os quatro Estados da Federação por estar, absolutamente, em dia com as suas contas ao honrar

os seus compromissos. Claro, isso é obrigação. Mas temos de celebrar quanto ao esforço envolvido.

Há Estados da Federação em dificuldades financeiras, como o do Rio de Janeiro, que têm quase a mesma população da Bahia e têm um PIB maior. Como exemplos, há os Estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Quero dizer que nós nos solidarizamos.

Mas, graças a Deus, saúde, educação e segurança são prioridades. Contudo, além da área da cultura, há a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado da Bahia e a Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo do Estado da Bahia. Reafirmo as áreas citadas como prioritárias também, mas, sempre, elas são as primeiras a sofrer as estimativas inferiores nos percentuais do Orçamento deste Estado.

Não houve tempo hábil para se colocar, através de emendas, os percentuais referentes à cultura, à políticas das mulheres e à igualdade racial para o Orçamento de 2017. Acho que há outros mecanismos nos quais podemos garantir que essas verbas vão para a cultura para estar subsidiando projetos estruturantes nas diversas pastas, não só na Fundação Cultural do Estado da Bahia, como na Fundação Pedro Calmon, onde, nesse último, está o arquivo público, um acervo histórico-cultural do nosso Estado, como no Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e no Centro de Culturas Populares e Identitárias.

Então, quero que possamos, durante 2017, se as emendas federais ou se os convênios puderem ser feitos, se ideias e projetos puderem ser feitos, que olhemos um pouco mais para essa área sensível. Como já afirmado, não temos só fome de comida e água, como dizem os Titãs, mas a arte também alimenta o espírito. Gostaria de pedir aos colegas que cuidassem dessa área.

Aliás, quero me referir às emendas destinadas a deputados estaduais, melhor, às emendas impositivas. Bem, não sei se os senhores sabem, mas as emendas são no valor de R\$ 1,425 milhão/ano para cada um deputado cuidar de municípios, secretarias. Esta quantia é, realmente, limitada. A diferença de um deputado estadual, por exemplo, e o federal. Temos aqui 1 milhão 425 e lá temos 16 milhões para emendas. Então temos que fazer aqui e ali.

Quero dizer que eu fui a única deputada, salvo engano, que colocou emenda genérica para a secretaria da Cultura.

Então é, realmente, lamentável que tenhamos essa redução de 25%, são 30 milhões a menos, e não tenhamos uma forma de proteger, de blindar a cultura, pelo menos, nos próximos anos, deputado Marcelino Galo, quem sabe de 2017 para 2018, para que nós possamos construir uma saída para tentar garantir 1% mínimo do orçamento para a cultura, já que com essa redução de 25% nós ficamos em torno de 0,5%.



Para terminar, presidente, Sidelvan, eu quero convidar todos para a nossa audiência pública amanhã na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, deputadas Luiza Maia e Fátima, que vai tratar do Serviço Viver.

O Serviço Viver é um serviço de excelência que funciona no IML – teve uma das suas filiais, vamos dizer assim, em Periperi fechada –, que presta atendimento psico-médico-social-jurídico às mulheres vítimas de violência sexual. E nós já sensibilizamos as várias secretarias, a Secretaria da Segurança Pública, a Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Cidadania e a própria Saeb e o governo Rui Costa através dos movimentos de mulheres e da Rede, do GT de Enfrentamento de Violência Contra a Mulher, para que pudéssemos reabrir o Serviço Viver em Periperi e manter o Serviço Viver onde ele fisicamente está hoje. E, ao invés de diminuí-lo, considerando o alto número de casos de violência sexual que ainda sofrem as mulheres baianas, poderemos ampliar o serviço que vai cuidar das mulheres no momento de dificuldade. Assim marca a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher os 16 dias de ativismo com essa atividade, que também marca os 15 anos do Serviço Viver. Teremos várias pessoas aqui: Dr<sup>a</sup> Deise, a Dr<sup>a</sup> Cláudia, o Ministério Público, a Defensoria, mostrando a trajetória de bons serviços prestados às mulheres no Serviço Viver e a importância da sua manutenção e ampliação.

Então amanhã será um momento da celebração dos 15 anos e também de defesa desse importante espaço que é o Serviço Viver.

Com isso, presidente, termino aqui a minha fala agradecendo o Grande Expediente que me foi cedido.

(Não foi revisto pela oradora nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou ao representante do PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Zé Raimundo:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC/PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falará por todo tempo o nobre deputado Hildécio Meireles.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 12 minutos.

**O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, estamos às vésperas de apreciar e votar neste Plenário o projeto de lei que trata da matéria orçamentária para execução do Exercício de 2017. Eu acredito, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, que era de fundamental importância que fizéssemos uma avaliação da execução orçamentária desse Exercício de 2016 da nobre deputada

Fabíola Mansur. E, nessa avaliação, pudemos perceber algumas discrepâncias, sobretudo no que diz respeito àquilo que podemos chamar de prioridade numa execução orçamentária.

Na área da educação, temos aqui uma informação dizendo que até 30 de novembro de 2016 o governo já gastou, já executou cerca de R\$4 bilhões e 551 milhões com educação. Em princípio, com este valor gasto, o governo não consegue chegar aos 25%, como é de obrigação constitucional. O governo ainda não consegue chegar no índice, no limite mínimo de 25% de gasto com educação. Embora, na apresentação das demonstrações financeiras e orçamentárias do Poder Executivo, o secretário da Fazenda afirma, e de fato está lá demonstrado, um gasto de aproximadamente 26,38%, mas isso me parece que não corresponde à realidade.

Embora há quem diga que o governo tem usado de alguns artifícios que não acho correto, deputado Zé Raimundo, seria importante que investigássemos, até porque ninguém está aqui condenando por antecipação, mas precisamos investigar. Por exemplo, argumenta-se que através de outras secretarias, inclusive da Secretaria de Infraestrutura, o governo faz investimentos para o setor da educação. Não consigo enxergar nenhuma hipótese de investimento na área de infraestrutura que seja benéfico, ou melhor, que possa ser creditado à composição desse índice de 25%.

No primeiro semestre deste ano, como no ano passado inteiro, reivindiquei muito que a Mesa da Casa liberasse as senhas do Sistema Mirantes, que é um sistema pelo qual nós deputados teríamos acesso a todas as contas do Poder Executivo em seus detalhes. O presidente do Tribunal de Contas do Estado liberou essas duas senhas para esta Casa, mas, infelizmente, não tivemos acesso. Até sugeri que o presidente da Mesa colocasse uma à disposição da Bancada do Governo e outra à disposição da Bancada de Oposição, mas, infelizmente, até os dias de hoje essas senhas não foram liberadas pela Mesa da própria Casa. E ficamos impossibilitados de desempenhar aquilo que nos é mais importante, eu diria, aquilo que nos é mister na nossa função, que é fiscalizar os atos do Poder Executivo.

Mas dando seguimento a essa execução orçamentária...

O Sr. Fábio Souto:- V.Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:-** Só para concluir, deputado Fábio, V.Ex<sup>a</sup> que também é um estudioso não só da área jurídica, mas também da área orçamentária.

Não posso conceber que dos R\$5 bilhões e 233 milhões que estavam previstos para o Estado gastar com a área da saúde, seja com custeio, seja com investimento, só tenha gasto, até 30 de novembro, cerca de R\$4 bilhões e 192 milhões. Ou seja, o governo pode gastar, se quiser, ainda R\$1 bilhão e 100 milhões na área da saúde, neste mês de dezembro. Imaginem que, se isso de fato acontecer ou acontecesse, seria uma fábula para os baianos. Indiquei aqui a construção de um hospital regional lá no Baixo Sul, sendo sediado em Valença, o governo não deu bola. Tentei colocar no plano plurianual de aplicação do ano passado, também o núcleo do governo não

permitiu, e vamos concluir o ano pelo menos com crédito orçamentário, imagino eu também com crédito financeiro.

Concedo o aparte ao deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Deputado Hildécio, primeiro lugar lhe agradeço pelo aparte, sempre que V.Ex<sup>a</sup> vai à tribuna falar de orçamento, de questões tributárias, ouço com muita atenção, porque além do respeito, tenho V.Ex<sup>a</sup> como um grande especialista nesta área, aqui na Casa, e V.Ex<sup>a</sup> coloca coisas que demonstram que o orçamento do Estado foi superestimado.

O orçamento é uma peça importante para abalizar qualquer governo, até porque para abalizar esta Casa e os deputados desta Casa. V.Ex<sup>a</sup> colocou que na área de educação e saúde estavam orçados 5 bi e alguma coisa, se não me engano, e até agora foram gastos 4 bilhões. Ou o governo constrói o orçamento muito mal construído ou efetivamente vai gastar esses recursos com muita pressa no último mês. Acredito que seja a primeira hipótese, sobretudo com essa questão financeira.

V.Ex<sup>a</sup> coloca também o orçamento como uma peça, eu diria, a mais importante relacionada às finanças de um governo onde se baliza aqui o que vai ser gasto em cada área da educação, da saúde, enfim nas diversas áreas. Observamos aqui como a deputada Fabíola Mansur falou, áreas importantíssimas com recursos irrisórios, e também ela colocou a questão da cultura. Realmente concordo com a deputada, são recursos que são insuficientes para uma área tão importante do nosso Estado como sempre coloco, por exemplo, aqui hoje o deputado Adolfo Viana colocou um ponto importantíssimo na tarde de hoje em relação à defesa sanitária. O governo federal, o maior responsável por fiscalizar os produtos que entram em nosso Estado, é uma questão muito importante porque muitos de nossos produtos são barrados no exterior, porque efetivamente quando chegam lá eles apontam determinadas questões que eles não aceitam.

Então, V.Ex<sup>a</sup> coloca aqui questões nas áreas da educação, saúde e para a saúde se efetivamente fosse gasto o que foi apontado no orçamento do ano passado, a saúde seria outra. No papel, o governo apontou que teria recursos, mas a realidade é completamente diferente da que observamos.

V.Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, faz um belíssimo pronunciamento técnico que demonstra conhecimento em relação ao orçamento do Estado e coloca outra questão importante, a transparência. O orçamento deveria ser mais discutido aqui nesta Casa, ouvir mais os deputados. Hoje aqui em mais ou menos uma hora e meia de discussão, vários deputados colocaram questões importantes da falta de recursos na cultura, na educação, na saúde e apontando o dedo efetivamente para as carências e onde os recursos estão faltando.

Acho que esta Casa teria muito mais a contribuir em relação à construção do orçamento se verdadeiramente, como coloca V.Ex<sup>a</sup>, esta Casa fosse ouvida.

Muito obrigado e mais uma vez V.Ex<sup>a</sup> está de parabéns pelo belo pronunciamento, demonstrando o conhecimento que V.Ex<sup>a</sup> tem em relação ao orçamento do nosso Estado.

**O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:-** Obrigado, deputado Fábio.

Dando continuidade aqui a nossa fala e ainda analisando a execução orçamentária deste ano de 2016, deputado Fábio, o governo fez uma previsão atualizada para investimento, de um modo geral, de algo em torno de 6 bilhões e 30 milhões, e até a presente data só executou 2 bilhões e 178 milhões. Daí, eu fico a me perguntar, deputado Prisco, onde é que está essa fábula de obras de recuperação de estradas, de construções de policlínicas e hospitais que o governo tanto fala e tanto propaga na televisão? Foi por isso que eu disse aqui outro dia que eu queria morar na Bahia da propaganda da televisão, porque na prática nós não a vemos e fisicamente não a encontramos. Mas se formos fazer uma avaliação orçamentária, dá pra ver que não é essa coisa toda que é tão decantada muitas vezes aqui, em verso e prosa, pelos deputados do Governo. Porque eu não posso imaginar, deputado Fábio, como V.Ex<sup>a</sup> falou, que provavelmente o governo está elaborando mal esse Orçamento. Não posso entender como é que no início do ano se prevê investir R\$ 6 bilhões e chegamos ao final com apenas R\$ 2 bilhões investidos.

Muito provavelmente nesse montante estão inclusos os recursos de financiamento externo. Quando o secretário da Fazenda faz aqui a sua apresentação, ele fala que a Bahia é um dos estados que ainda investem. Mas investe com recursos de financiamento externo. É como se o Estado estivesse apenas empurrando o problema com a barriga, comprometendo as gerações futuras, porque está comprometendo o caixa do Estado para o futuro.

Era de fundamental importância que ao votar, ao apreciar o Orçamento, de fato, tivéssemos a prerrogativa que a lei nos dá, de fazer uma avaliação criteriosa, desde as comissões até o Plenário. Espero que o deputado Zé Neto, como Líder do Governo, que ora presta atenção de forma minuciosa ao nosso pronunciamento, consiga convencer o governo, para que possamos exercer o nosso direito...

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Para concluir, Sr. Deputado.

**O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:-** (...) de legislar e fiscalizar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Soldado Prisco:- Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Questão de ordem ao deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Solicito uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- V.Exª será atendido.

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Questão de ordem ao deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, peço a V.Exª que, por favor, dê o tempo regulamentar e convoque todos os deputados que estão nesta Casa, para que possamos discutir um projeto da mais alta relevância para o nosso Estado, o qual deveremos votar nesta noite. Chamo todos os deputados que se encontram nos diversos espaços ou nos seus gabinetes, a essa hora estudando para formular as propostas e projetos de leis importantes. Todos estão convocados a estarem aqui no Plenário, já que foi solicitada a verificação de quórum pelos deputados. Mas, mesmo assim, é necessário que voltemos ao debate para que possamos fazer o nosso papel de parlamentar, que é discutir propostas para o Estado, votar e aprovar projetos de lei. Por isso, peço que V.Exª convoque nominalmente todos os deputados, para que possam vir aqui. Por favor, solicito zerar o painel, dar o tempo regulamentar e convocar todos os nossos pares ao Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Zere o painel e marque o tempo de 15 minutos. Convido todos os deputados que estão nos seus gabinetes para virem ao Plenário marcar a presença de cada um dos Srs. (Pausa)

(Verificação de Quórum)

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Gostaria que V.Exª chamasse nominalmente cada deputado, para que fosse advertido pelos tímpanos nos seus gabinetes, ouvindo o seu nome sendo chamado por V.Exª. E, assim, possam comparecer com mais agilidade.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Deputado Zé Raimundo, gostaria muito de atender o pleito de V.Exª, mas já foi avisado aqui...

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- (...) que todos os deputados que estão em seus gabinetes deveriam vir para marcar presença. Portanto, não vejo necessidade de nominar cada um deles.

Questão de ordem, deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:-Sr. Presidente, queria pedir a V.Exª para fazer soar as campainhas, convocando os deputados que podem estar aqui no prédio da Assembleia Legislativa a se fazer presente para a retomada da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Deputado, vou tocar a campainha para que os deputados possam vir a plenário.

Atendendo a questão de ordem do deputado Alex Lima, convoco todos os deputados que estão nos gabinetes, nos corredores, que estão estudando, na Governadoria, na Presidência, que compareçam ao Plenário para marcar a presença dos senhores e das senhoras. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Restabelecido o quórum. Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PSL para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado e professor Zé Raimundo, de Conquista.

**O Sr. ZÉ RAIMUNDO:-** Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, imprensa, galerias, os que nos ouvem e assistem pela *TV Assembleia*, gostaria de, nesta intervenção, trazer alguns temas ao nosso debate, para nossa reflexão.

Inicialmente, como me referi no aparte, louvei a intervenção da nobre deputada Fabíola Mansur por tratar desse tema tão importante, que é a gestão da saúde, sobretudo nesse novo formato que estamos construindo no Brasil e na Bahia. Mais recentemente, por uma decisão do governador Rui Costa, que está constituindo os consórcios para não só a edificação das policlínicas regionais, mas também das UPAs. Em Vitória da Conquista ele inaugurou a maior UPA do interior do Norte e Nordeste, com 150 funcionários, mais de 8 médicos e praticamente 400 atendimentos/dia, desafogando o hospital regional, melhorando a atenção à saúde, permitindo que o cidadão e a cidadã possam ter um atendimento mais digno e resolutivo.

Nesse sentido, é uma preocupação, e devemos estar sempre acompanhando porque muitos desafios virão, sobretudo agora, com a PEC 55, que vai cortar recursos para a saúde, para a educação e para os programas sociais.

Nós, deputados, estaremos necessariamente solidários aos prefeitos. No meu caso particular, em parceria com o deputado federal Waldenor Pereira, estamos destinando recursos para vários municípios, para que as unidades de saúde sejam equipadas, os hospitais possam adquirir equipamentos e instrumentos, como é o caso de Vitória da Conquista, para onde destinamos R\$ 2 milhões de recursos federais, além dessa emenda impositiva do governo do Estado.

Mas, também, a deputada Fabíola Mansur trouxe a preocupação com a área da cultura. Quero dizer, também, que em Vitória da Conquista estamos destinando R\$ 500 mil para a recuperação do Centro de Cultura, além de outros apoios e iniciativas que temos tido naquele município para, além do orçamento normal, fortalecermos algumas atividades, como foi agora, levando o projeto Neojiba, um projeto dirigido por Ricardo Castro, um conquistense maestro conhecido internacionalmente.

Os senhores sabem que os espetáculos de Ricardo Castro e os concertos que ele dirige na Europa têm seus ingressos vendidos praticamente com um ano, um ano e meio de antecedência. Estamos também apoiando o Neojiba. Anteriormente, desde a minha gestão, já tínhamos dado esse apoio, e agora vamos continuar com o governo do Estado.

Eu gostaria também de trazer uma breve nota de solidariedade, de parabéns a muitos prefeitos que estão deixando agora as suas gestões, alguns porque não quiseram a reeleição e alguns que, efetivamente, concorreram e não obtiveram êxito no seu processo. Quero deixar o meu abraço para o amigo Heráclito, de Mortugaba, que está com uma bela programação no dia 10 próximo. Estaremos lá, em Mortugaba, com muitas inaugurações.

Da mesma forma também em Jânio Quadros, reeleito o nosso querido Alex, o Léo Gambá, com muitas obras sendo inauguradas com a parceria também dos nossos mandatos, do mandato do deputado federal Waldenor Pereira, que destinou bastantes recursos para Jânio Quadros.

Até o final do ano estaremos também em Poções, com Dr. Otto, com o nosso amigo professor João Bonfim, que é vice-prefeito, inaugurando também. A mesma coisa em Planalto, com o amigo Clóvis Andrade; em Anagé, com a professora Andréia Oliveira; em Maetinga; em Guajeru; em Ibiassucê; em Condeúba; em Cordeiros; em Encruzilhada. Essas são prefeituras que, em muitas delas, não conseguimos a reeleição, mas estamos deixando a marca do Partido dos Trabalhadores, a marca do governo Rui Costa e a marca dos mandatos de Zé Raimundo e de Waldenor Pereira, porque trabalhamos muito nesses municípios.

Além dessas, também temos Vitória da Conquista, onde estamos entregando muitas obras: 11 creches, 13 quadras poliesportivas e ainda temos obras em andamento. Ao final, o prefeito Guilherme Menezes deixará mais de R\$ 30 milhões para obras de mobilidade urbana, para a construção de terminais de ônibus, para a recuperação de vias e de corredores de ônibus, além de outras intervenções na zona urbana e na zona rural.

Por isso, mesmo com essa crise, mesmo diante de tantas dificuldades que enfrentamos nesses anos, sobretudo no último, muitos municípios que tivemos uma parceria... lembro aqui de mais dois: Malhadas, com o Dr. Gimmy, que não ganhou as eleições, mas fez uma extraordinária administração, e Carinhanha, com o companheiro Paulo da Yonara e a companheira Chica, do PT, onde construímos importantes projetos.

Tenho a certeza absoluta de que logo, logo a população desses municípios estarão lembrando essas administrações e continuarão apoiando o nosso projeto político, sobretudo em 2018, com o debate sobre a reeleição do companheiro Rui Costa e sobre a eleição de um provável candidato ligado às forças democráticas e populares. Essa candidatura nacional se oporá ao neoliberalismo e ao governo golpista do presidente Temer!

Gostaria também, Sr. Presidente, de fazer algumas observações, dialogando com os nossos opositores, com os deputados da Oposição, especialmente com o nosso conceituado deputado Hildécio Meireles, que fez uma intervenção recente. Conhecedor do tema, o deputado Hildécio Meireles traz o debate sobre a execução orçamentária. Lembraria, *en passant*, que estamos ainda para fechar o orçamento. Foi um ano difícil! Muitas obras estão em andamento, e há o instituto do Restos a Pagar, tem o instituto... Muitas obras ainda... Estive, ontem, na Secretaria de Finanças fazendo algumas observações, acompanhando algumas demandas, e muita coisa está sendo empenhada a recursos, os recursos carimbados... Naturalmente que, até o final do ano, esses empenhos serão feitos, muitos serão pagos e liquidados. Aqueles empenhos que não forem liquidados, nobre deputado Joseildo Ramos – V.Ex<sup>a</sup> foi prefeito, tem experiência, inclusive há outros ex-prefeitos aqui –, naturalmente, ficarão com o devido recurso no tesouro.

Então, a não execução orçamentária, até este momento, não é motivo para alarido. Muito pelo contrário, existem obras em curso, em andamento, medições que ainda foram feitas, cujas execuções de obra não foram empenhadas. Naturalmente, o setor de finanças, de acompanhamento, toda essa dinâmica do governo, toda essa parte burocrática será sistematizada para o fechamento das contas do governador. Então, não é motivo, digamos assim, de uma crítica negativa. Tenho a absoluta certeza de que a não execução e, aparentemente, a sobra de recursos não executados são uma garantia do governo, inclusive para fazer o pagamento da folha em dia, para o 13º salário e, a partir desses compromissos urgentes, fechar as contas com os fornecedores, as empresas e aqueles segmentos que naturalmente ainda devem estar com algumas parcelas atrasadas - por que não dizer? -, não é? Mas, se há recursos, é um bom sinal, nobre deputado Hildécio Meireles, que conhece a matéria, é um parlamentar competente, traz sempre a reflexão embasada e merece toda a nossa atenção - disse isso na Comissão -, porque eles trazem uma preocupação sistemática no controle das finanças públicas. Por isso, nós, que também somos das finanças, mesmo não sendo auditores fiscais, somos estudiosos, leitores e acompanhamos naturalmente a execução orçamentária. Portanto, é um motivo de tranquilidade, e não de preocupação, desde que ao final, no 31, tenhamos lá o que houver em caixa e os empenhos feitos, correspondendo, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A última coisa: só pra pontuar e lembrar para um futuro debate, volto a dizer da preocupação com esse quadro de instabilidade política nacional. Ontem tive a oportunidade de assistir ao debate no *Roda Viva, TV Cultura de SP*, que ultimamente se tornou um espaço de propaganda política do governo. Escandalosamente, no final de uma entrevista do Temer, o presidente agradeceu pela propaganda que o programa fez para ele. Mas no caso de ontem, não. Nessa segunda-feira foi um debate de alto nível. Lá estava um representante do PDT do Maranhão e também o vice-presidente do Instituto de Estudos Criminais.

Foi mesmo um debate de alto nível, e ficou ali consagrado - consagrado! - que realmente nós respeitamos o Poder Judiciário e louvamos o Ministério Público. Os institutos de combate à corrupção, foram Lula e Dilma que implementaram no Brasil.



Portanto, o que se votou no Congresso Nacional não foi contra o Judiciário, não foi contra o MP. Foi em defesa do cidadão. Para muitos institutos, se fosse aprovado, seria o fim do regime democrático.

Para concluir, este tema vai merecer muitos debates. Vejam que a consequência disso é agora já a retaliação ao presidente do Senado, Renan Calheiros. Então, merece de todos nós políticos o maior cuidado e a maior responsabilidade ao discutirmos o assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria ou do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- O deputado Adolfo Viana falará pelo tempo de 6 minutos e o deputado Sandro Régis, por 5.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, o deputado Marquinho Viana disse que tem um assunto importante para falar, e, como ele já está com o pezinho na Oposição, vou ceder-lhe meus 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Concedo então a palavra ao deputado Marquinho Viana.

**O Sr. MARQUINHO VIANA:-** Nobre presidente, caros colegas, essa parte de ir para a Oposição fica meio difícil, porque o governador atual me trata muito bem, desde a época do governador Wagner. Mas preciso falar de algumas coisas, porque o governo Rui Costa não está presente em todas as Secretarias e todos os órgãos. Tem sempre algum dirigente de órgão que se sente o dono do órgão.

Eu, como deputado estadual que sou, daquela região da Chapada Diamantina, de Brumado, onde tive quase 30 mil votos no entorno do município em que o Departamento de Trânsito tem atuação, não posso solicitar serviços ao Detran. Agora entendo por que o deputado Alex está saindo do PTN. Agora entendo porque os jornais colocaram ontem “debandada do PTN”. Entendo por que o Alex da Piatã também saiu do partido. Porque com partidos que têm dono e não dialogam com seus pares pode acontecer isso.

O diretor-geral do Detran, não o conheço pessoalmente. Falei com ele por telefone, o Lúcio. A gente solicita o serviço, e por lá não pode ser liberado. Porque tem dono. O deputado João Carlos Bacelar, que é presidente do partido, indicou o diretor e ainda tem a cara de pau de me dizer que já fui beneficiado na região de Macaúbas. Lá em Macaúbas não peço serviço para mim. Acho que é um direito do

deputado e de qualquer outra pessoa levar serviços que melhorem a qualidade de vida do povo.

O governador Rui Costa não tem culpa do que está acontecendo. Nós aliados, que...

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

**O Sr. MARQUINHO VIANA:-** Vou dar o aparte, sim.

(...) o apoiamos... Ele sabe que alguns auxiliares, às vezes, precisam ser trocados. Não sei do atendimento com outros parlamentares. Mas tenho alguns requerimentos para autoescola. Lá fui abordado esta semana, e me disseram que não podiam autorizar autoescola para Barra da Estiva porque já foi colocado um outro de Jequié, e a região não comporta outra. Olhem, a autoescola é uma concessão que se dá a uma empresa. Não tem custo para o governo do Estado porque a empresa é que coloca. Então, não é investimento. Nós sabemos das dificuldades que o governo da Bahia está enfrentando, como o País também, e às vezes alguns investimentos não podem ser feitos.

Como o nobre deputado Adolfo Viana me cedeu o espaço, vou lhe dar um aparte de 2 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Marquinho Viana, eu gostaria neste momento de parabenizá-lo pela coragem. Coragem de, sendo da base governista, apontar problemas que o governo enfrenta. Ora, no momento em que V.Ex<sup>a</sup> afirma que o Detran tem dono e que um determinado deputado é quem tem o controle do órgão, quero dizer-lhe que o governador é corresponsável por aceitar isso, o que nós não podemos admitir. Ele tem obrigação de tomar uma posição. Ou então, no mínimo, estará prevaricando porque, no momento em que um deputado da base coloca que o Detran hoje tem dono e o governo permite que isso aconteça, nós temos de responsabilizar S.Ex<sup>a</sup> por isso.

Parabenizo-o, deputado Marquinho, porque é um parlamentar de coragem. Tenho certeza de que a cidade de Barra da Estiva está comemorando a sua posição de coragem. E não é porque é da base do governo que não vai apontar o dedo para as coisas que estão erradas. Parabéns!

Queria solicitar que V.Ex<sup>a</sup> esteja com o governador - sei que goza de um prestígio pessoal - e alerte-o do que está passando. Porque se ele, mesmo sendo alertado, deixar que isso continue acontecendo, está sendo tão responsável quanto aqueles que indicaram os superintendentes do Detran.

**O Sr. MARQUINHO VIANA:-** Obrigado pelo aparte aí, nobre deputado.

Olhe, nós estivemos uns 15 dias atrás em Barra da Estiva, onde o governador inaugurou o Ponto Cidadão. A minha cidade é considerada uma cidade-polo regional. Lá temos Ponto Cidadão, a Previdência, um hospital de 94 leitos. E foi inaugurada praça, estádio de futebol, 26 sistemas de água, 78 barreiros de trincheira, 10 barragens pela CAR, iluminação das duas entradas do município.

Agora, não posso requerer, solicitar daquele Detran o credenciamento de uma empresa. Para que as pessoas possam tirar as suas carteiras, elas têm de ir a Brumado. Mas porque foi credenciada uma de sua amizade lá de Jequié. Não sei nem se Euclides conhece, mas ele me disse que não cabia outra empresa.

Olhem, portanto acho que o governador, como uma pessoa só, não - para concluir, nobre presidente - pode fiscalizar tudo. É por isso que nós, deputados estaduais, é que temos de dizer as pessoas realmente que merecem estar com o governo trabalhando. Então, aquele Lúcio, diretor-geral do Detran, não merece estar no cargo que está. Ele está lá para atender a todos. Em todos os órgãos que visito, nobres colegas deputados, nunca fui tão mal recebido quanto eu fui no Detran.

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente, mais 5 minutos para o deputado Marquinhos Viana, que está fazendo um grande pronunciamento. Mais 5 minutos no tempo da Oposição.

**O Sr. MARQUINHO VIANA:-** O PTN que o nobre deputado Carlos Geilson participou e saiu...

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente a oposição cedeu mais 5 minutos ao deputado Marquinhos Viana.

**O Sr. MARQUINHO VIANA:-** Eu quero concluir o meu pronunciamento.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- V.Ex<sup>a</sup> tem o tempo que achar necessário, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex<sup>a</sup> tem mais 5 minutos.

**O Sr. MARQUINHO VIANA:-** Eu quero continuar o meu pronunciamento, não para atender à Oposição. Sou da base do Governo, mas não estou aqui atendendo à Oposição para servir de bode expiatório. Estou falando o que estou sentindo. Em todas as Secretarias, eu sou bem atendido. Agora, o Lúcio do Detran, esse não merece que eu suba aqui para dizer do seu serviço. Quero dizer que uma pessoa que é dirigente de um órgão não pode tratar as pessoas daquele jeito. É um indicado do PTN. Os jornais, ontem, colocaram que está tendo uma debandada do PTN. Debandada, porque ninguém quer ficar em um partido em que não é atendido.

Eu me lembro quando Maurício Bacelar era diretor-geral, atendia a todos por igual, por isso o tiraram de lá. Atendia bem a todos. Colocaram Lúcio para prejudicar. Já conversei isso com Josias e vou conversar com o governador, que me informou ontem, por telefone, que tudo dentro do Detran, para ser autorizado, eu tenho que falar direto com ele, o governador.

Quero conceder um aparte ao deputado Carlos Geilson e depois ao deputado Targino.

O Sr. Carlos Geilson:- Eu serei breve até para socializar o tempo com o deputado Targino Machado. Eu quero aproveitar e prestar a minha solidariedade ao deputado Marquinhos Viana, que foi defenestrado hoje no Detran. É a minha reflexão. Se V.Ex<sup>a</sup>, que tem abertura de falar com o governador, pela manhã, meio-dia, à noite,

altas horas da madrugada, é tratado dessa forma, imagine nós, simples mortais, ao batermos à porta do Detran. A minha solidariedade a V.Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. MARQUINHO VIANA:-** Deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Deputado Marquinhos Viana, de igual modo, quero apresentar a V.Ex<sup>a</sup> a nossa solidariedade, hipotecando irrestrita solidariedade ao companheiro, amigo batalhador, defensor do governo nesta Casa, que não pode ser humilhado por alguém que foi colocado no Detran para um aparelhamento partidário. A denúncia que V.Ex<sup>a</sup> traz é grave. Quero requerer à Oposição, em solidariedade a V.Ex<sup>a</sup>, iniciativas, inclusive jurídicas, para que se possa repercutir a forma humilhante com que V.Ex<sup>a</sup> foi tratado. Presenciei, no dia de ontem, durante o almoço, como V.Ex<sup>a</sup> estava enrubescido e indignado com essa forma vil com que foi tratado.

Aceite, em meu nome e de todos os colegas, a nossa solidariedade.

**O Sr. MARQUINHO VIANA:-** Deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido Marquinhos Viana, queria dizer que acredito em V.Ex<sup>a</sup>, que diz que foi destrutado no Detran. Obviamente, solidarizo-me com V.Ex<sup>a</sup>. Agora, eu estranho. Acho que aconteceu alguma coisa, porque o diretor-geral, o Lúcio, é uma pessoa amável, receptiva, tem tratado as pessoas muito bem.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Ele não é do PT, não. Ele não é do meu Partido, não é indicação do meu Partido.

Apenas para fazer justiça, confesso a V.Ex<sup>a</sup>, quero aqui externar solidariedade, porque acho que o parlamentar tem que ser tratado bem em qualquer recinto, independente de que governo for. Obviamente, por ossos do ofício, como Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e o governo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- (...) vou verificar o que aconteceu, porque ele não é uma pessoa de tratar mal as pessoas que ali o procuram.

**O Sr. MARQUINHO VIANA:-** Para concluir, nobre presidente, eu queria dizer o seguinte: eu não o conheço pessoalmente, não. Falei por telefone, fui cobrar apenas um requerimento de uma autoescola e fui colocado para procurar o João Bacelar. Falei com o João Bacelar, e ele me disse que, em outras secretarias, os outros nem na porta... Eu falei: “Engano seu. Eu sou bem atendido em todas as secretarias, em todos os órgãos que têm obras solicitadas e atendidas. Agora, só no Detran que ele se negou, porque disse que não há mais espaço para colocar outra autoescola.” Ora, não há investimento do governo do Estado na autoescola. É uma concessão de serviço, o investimento é do empresário. E, se não der lucro, ele fecha as portas.

Então, acho que ele está lá para atender a todos, independente de Partido. Pela primeira vez, nesses quatro anos em que estou aqui, houve um órgão onde não fui bem tratado por uma pessoa que nem conheço pessoalmente. Conheço-o por telefone, mas o atendimento que recebi foi ruim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

**O Sr. MARQUINHO VIANA:-** Então, nobre presidente, para concluir, obrigado por ceder o espaço, obrigado aos deputados aos quais dei aparte, mas... (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

## ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Geilson:- Sendo aplaudido de pé pela Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como?

Ordem do Dia.

O Sr. Carlos Geilson:- O deputado Marquinho Viana foi aplaudido de pé pela Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o requerimento de urgência do deputado Zé Neto, que requer, nos termos do art. 174, inciso II do Regimento Interno desta Casa, urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 22.051/16, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Brasil.” Em votação...

(O Sr. Deputado Luciano Ribeiro se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex<sup>a</sup> quer que eu repita?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Quero sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em época de campanha, todo candidato tem paciência, repetirei.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do meu querido amigo deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Eu gostaria aqui de alertar esta Casa, esse projeto que V.Ex<sup>a</sup> coloca hoje em requerimento de urgência é um empréstimo de 600 milhões que esta Casa não terá nem o direito de debater. Esse projeto de empréstimo sendo votado em regime de urgência é o atestado que a Comissão de Finanças e Orçamento é nula na Assembleia Legislativa da Bahia.

Sr. Presidente, não é possível um projeto de empréstimo não ser debatido numa comissão; não ser debatido numa Comissão Conjunta, esta Casa não ter o direito de saber nem para que esse dinheiro vai servir. É tirar as condições de um parlamentar de legislar sobre o seu mandato.

É por isso que a Oposição vem pontuando que essa condução não está correta. Nós sabemos que nesta Casa a maioria é governo, que o presidente da Assembleia, quando não é presidente, é um deputado de governo. Agora, presidente, um empréstimo de 600 milhões e esta Casa não ter condições de debater em pleno regime de urgência, podendo levar esse projeto para as comissões conjuntas...

Tenho certeza de que, independente de ser governo ou Oposição, a consciência dos parlamentares não está de acordo com esse método. Não está de acordo! Por isso, peço a V.Ex<sup>a</sup> uma verificação de quórum do Requerimento. São essas atitudes que fazem cada vez mais a Oposição se posicionar de uma forma, se afastando de qualquer tipo de ajuste com o Governo. Porque eu encaro isso, não como uma falta de respeito com a Oposição, mas como uma falta de respeito com os 63 parlamentares. Quórum de votação, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, antes de conhecer o quórum, apesar de ter inscrito no livro, faço uma deferência ao deputado Adolfo Viana, e ele vai encaminhar pelo tempo de 5 minutos. Porque, para encaminhar ou para discutir, tem que se inscrever no livro. Mas vou fazer uma deferência a V.Ex<sup>a</sup>.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-V.Ex<sup>a</sup> tem até 5 minutos.

**O Sr. ADOLFO VIANA:-** Sr. Presidente, agradeço a V.Ex<sup>a</sup> pela deferência e faço minhas as palavras do deputado Sandro Régis. O governo pede R\$600 milhões em empréstimo para esta Casa, em regime de urgência, e eu desafio qualquer um dos parlamentares da Base do Governo a dizer, desta Tribuna, onde serão aplicados esses recursos.

Basta que um parlamentar suba aqui e nos explique onde serão aplicados esses R\$600 milhões! Ou o papel desta Casa não é fiscalizar o governo do Estado? Quer dizer, o fato de haver 45 deputados da Base possibilita que eles peçam um empréstimo de R\$600 milhões sem se discutir nas comissões, sem saber para que é o dinheiro! O que é que estamos fazendo aqui? Se não é para fiscalizar o governo do Estado, a sociedade quer saber para que serve este Parlamento.

Vamos dar um montante de R\$600 milhões sem saber para que é, porque a Oposição não sabe para que é, porque o governo não dialoga com a Oposição. Os parlamentares da Base do Governo sabem para que é? Vão votar esse empréstimo sabendo para onde vai esse dinheiro? Não, V. Ex<sup>as</sup> não sabem para aonde vai esse dinheiro! V. Ex<sup>as</sup> querem dar um cheque em branco ao governo do Estado, abrindo mão das nossas prerrogativas! Qual é o papel do deputado estadual, não é fiscalizar o Poder Executivo?

V. Ex<sup>as</sup> hoje abrem mão de cumprir com as suas obrigações. É uma realidade, deputado! A Tribuna está aqui! Venha um parlamentar do Partido dos Trabalhadores,

suba a esta Tribuna e diga para que é os R\$600 milhões, e a Oposição se comprometerá a votar o projeto imediatamente! Venha aqui, deputado, à Tribuna! Sobe aqui na Tribuna e diz para que é os R\$600 milhões! Porque não sabemos para que é! E as comissões temáticas da Casa estão aí justamente para que essas dúvidas sejam tiradas!

Esse vício de se votar, aqui, projetos em regime de urgência finaliza, definitivamente, a função das comissões! Para que servem as comissões? As comissões servem, justamente, para que esses assuntos sejam debatidos! Mas na hora que só se vota projetos em regime de urgência, é simples, fecham-se as comissões! Se não tem mais função, se não tem serventia! Agora esse método de trabalho que o governo vem adotando, com o aval da sua ampla Base Governista, denigre, definitivamente, a imagem desta Casa!

Eu quero saber onde é que está a força do Poder Legislativo. Será que não temos a grandeza de pedir, pelo menos, explicações do governo? É lamentável! É lamentável ver o Parlamento agachado! É lamentável ver uma Base Governista fechando os olhos, abrindo mão das suas prerrogativas, simplesmente para agradar o governador do Estado da Bahia!

Quanta subserviência, meu amigo deputado Zé Neto! V.Ex<sup>a</sup>, que é o Líder da Bancada Governista, será que não seria razoável levarmos esse projeto para discuti-lo na Comissão? É o mínimo que a Bancada de Oposição pede, e é o que a sociedade espera! O povo quer saber onde serão gastos esses R\$ 600 milhões.

Como pode este Parlamento aprovar um projeto em regime de urgência e conceder ao Governo do Estado R\$ 600 milhões sem perguntar para onde vão, o que pretende com esse dinheiro o governo. Será, deputado Carlos Geilson, que nós estamos errados em perguntar onde o governo aplicará esse dinheiro? Porque de repente somos nós que estamos errados, deputado Targino. Querer saber onde o governo vai aplicar o dinheiro é o mínimo que este Parlamento precisa fazer para cumprir com suas obrigações. Mas parece que aqueles que querem saber o que pretende fazer o governo com esse dinheiro são quem estão errados.

É lamentável a postura da Base governista, que abre mão de suas prerrogativas e diminui o Poder Legislativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela deferência.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Sandro Régis, pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. SANDRO RÉGIS:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos nas Galerias Paulo Jackson, quero, aqui, dizer à Assembleia, ao Parlamento que os deputados precisam começar a viver o mundo fora desta Casa. Acho que a Assembleia não atentou para o que está acontecendo no Brasil, para as cobranças da sociedade a cada

parlamentar desta Casa. O que ocorre em Brasília hoje, amanhã poderá ocorrer aqui dentro.

Não estou aqui fazendo discurso de Governo, de Oposição, porque governo tem que aprovar. Quando fui governo, lá atrás, eu também aprovava. Mas o que esta Casa precisa entender é que não é cabível... O Governo tem maioria em todas as comissões, o Governo não corre risco de nada nesta Casa. A Bancada da Oposição tem 21 deputados, e a Bancada de governo tem 42. É o dobro, são dois para um.

Mas o que não pode é chegar um pedido de empréstimo de R\$ 600 milhões e não se debater numa comissão, não se fazer uma comissão conjunta para explicar à Casa o que é esse projeto. É tratar, deputado Targino Machado, este Parlamento, estes deputados, todos nós, como 63 múmias, como 63 parlamentares que não têm a capacidade de discernir e nem de pensar.

O que quero dizer a vocês é que não estou questionando a forma e nem a maneira como o Governo vai votar; se o empréstimo é bom ou se é ruim; estou questionando que não temos o direito de sequer saber do que se trata. E é um projeto, é uma autorização de crédito de R\$ 600 milhões para o qual esta Casa não tem a capacidade e nem a curiosidade de saber do que se trata. Lê-se um requerimento de urgência e os parlamentares tratam com a maior naturalidade!

Estou falando, deputado Adolfo, de um empréstimo de R\$ 600 milhões! É mais um empréstimo! E, aqui, desafio: qual o parlamentar que teve acesso a esse projeto? Qual o parlamentar que tem tranquilidade para votar esse requerimento de urgência? Qual é o parlamentar que sabe para que se destina essa autorização? Nenhum parlamentar.

E esta Casa continua agindo como se nada estivesse acontecendo. Esta Casa continua tratando as questões importantes com a maior simplicidade.

Não custava nada o Líder Zé Neto pegar esse pedido de autorização de empréstimo e levar para as Comissões Conjuntas. E até conversar com o Líder da Oposição e dizer da necessidade, fazer a Casa conhecer. Mas, não, por terem a maioria e se acharem donos da verdade e que o poder absoluto pode tudo, com essa atitude cada vez mais, deputado Zé Raimundo, com todo o respeito, enfraquecem a Casa, enfraquecem os parlamentares, independentemente de ser governo ou não.

Na terça-feira passada, com o Orçamento eles tiveram dificuldades. A Oposição votou contrariamente nas Comissões, mas contribuiu para o Orçamento ser votado, porque nós não queremos o “quanto pior, melhor”. E o presidente da Comissão sabe do que estou falando. A Oposição honrou sua palavra, como honrou todos os acordos feitos nesta Casa.

Agora, o que não dá é tratar os parlamentares como 63 múmias.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, para encaminhar, o deputado Alex Lima.

**O Sr. ALEX LIMA:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria contribuir com esse debate, até por respeito à Oposição nesta Casa. Uma Oposição liderada por um dos maiores amigos que tenho aqui, que, com muita competência e coerência, faz um trabalho importante no Parlamento baiano.

Quero dizer, com todo o respeito, aos deputados Sandro Régis e Adolfo Viana que é importante que expliquemos de maneira pedagógica para esta Casa, a imprensa, os telespectadores que neste momento estão acompanhando esta votação, que esse projeto de lei, encaminhado em regime de urgência, é um pedido de autorização para se contratar empréstimo. Não sabemos ainda nem se o empréstimo será concedido, deputado Rosemberg.

Vamos tratar essa questão com muita responsabilidade, porque todos aqui são experimentados na vida pública, representam diversos prefeitos. Os deputados mais antigos conhecem o funcionamento da máquina pública, e sabem que nenhum banco concede qualquer empréstimo se não se atender a todas as exigências daquela instituição financeira.

E nesse momento de dificuldade, deputado Adolfo, quando já vimos o Estado do Rio de Janeiro decretar falência, e hoje fomos surpreendidos com o Estado de Minas Gerais também entrando em colapso financeiro... Eu acho que esta Casa tem que render homenagem a administração séria e comprometida do governador Rui Costa. Porque, apesar de sermos a 23ª pior arrecadação per capita do País, o Estado da Bahia consegue manter o seu nível de investimento, consegue pagar seus compromissos. E o Estado da Bahia consegue estar apto a tomar empréstimo, que nada mais é do que uma medida fundamental, deputada Fabíola, nos momentos de dificuldade. O trabalhador brasileiro, deputado Euclides, num momento de arrocho, ele vai tomar o seu empréstimo bancário, o seu empréstimo consignado...

O Sr. Sandro Régis:- Um aparte.

**O Sr. ALEX LIMA:-** (...) vai financiar sua safra, enfim, ele vai buscar nos bancos o complemento para a sua receita. E é isso que o governo do Estado está fazendo.

Portanto, quero dizer, com todo respeito que tenho ao funcionamento desta Casa, que o que estamos fazendo aqui é uma necessidade. Neste momento de turbulência, é preciso tomar algumas medidas, deputado Fabrício. E o que nós precisamos fazer é servir de interlocutores com os partidos da base de sustentação do governo Michel Temer para agilizar e liberar os empréstimos que já estão na mesa do ministro da Fazenda, para que possamos continuar a investir, a fazer obras e a manter o Estado da Bahia entre os 3 Estados da federação que mais investiram nos anos de 2015 e 2016.

Então, Sr. Presidente, é isso que quero deixar aqui como contribuição para que tenhamos a certeza de que, diferentemente do que a Oposição disse há pouco, nós não

estamos aqui pegando R\$ 600 milhões sem saber para onde vão e para onde não vão. No momento certo, o plano será apresentando, e tenho certeza: se há uma coisa que é clara neste País é que banco, instituição financeira, não perde para ninguém.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. LUCIANO RIBEIRO:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, quero aqui, nas minhas palavras iniciais, dizer que não podemos, sob o frágil argumento de que o empréstimo é dinheiro em caixa para fazer obras, ter um Parlamento como da forma como estamos: calados, silentes, sem discutir.

Nada impede que projetos bons possam melhorados pela Casa, possam ser conhecidos. Não vale aqui o argumento de que está especificado. Não está! O governo manda para cá um pedido de empréstimo e faz uma argumentação genérica para atender à área de segurança, a área de educação, a área da infraestrutura, ou seja, atender todas as áreas contempladas no Orçamento.

Mas o que estamos discutindo aqui, Sr. Presidente – e isso vale, principalmente, neste momento pré-eleitoral –, é como esta Casa deve se portar ante os demais Poderes. Esta Casa deve fazer a independência dos Poderes valer, esta Casa tem que contribuir para as políticas públicas. Tem que discutir, votar, melhorá-las, recusar aquelas que não merecem ser votadas. Mas é preciso que esta Casa seja oxigenada com os ares da democracia, com os ares do Parlamento, com os ares da discussão democrática dos projetos.

Nós não podemos aceitar que todos, absolutamente todos os projetos, aqui sejam votados sem conhecimento do Parlamento e, principalmente, da sociedade baiana. Não é necessário que assim seja, não é preciso, também, que assim seja. Dizer que os projetos são bons e por isso tem que ser urgentes, isso é um argumento mais do que frágil. Óbvio, é claro que aqui estão homens e mulheres de bem, todos representando bem os seus lugares, por isso nenhum projeto ruim aqui passará, mas é preciso que ele, além de bom, seja de conhecimento geral, seja entregue a nós, que somos os fiscais, porque nós é que iremos julgar essas contas, essa aplicação do dinheiro.

Mas, Sr. Presidente, quero chamar a atenção de V.Ex<sup>a</sup>, por favor. Seria uma palavra, uma questão de ordem a se fazer lá de baixo, mas quero fazê-la daqui de cima. Ora, Sr. Presidente, os regimes de urgência, existem restrições para eles. Quero que V.Ex<sup>a</sup> fique atento, porque esse projeto, embora seja para empréstimo, diz, no seu art. 2º, que o governador, o Executivo, está “autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta lei”. Ou seja, a partir do momento em que se aprove esse projeto, o governador estará

autorizado, por decreto – portanto, sem mandar a esta Casa –, a mexer no Orçamento da forma como ele quiser.

O Regimento Interno desta Casa veda que as leis que tratam do Orçamento sejam votadas em regime de urgência. Nós, que conhecemos o Direito, sabemos que o acessório acompanha o principal. Se a Lei Orçamentária não pode ser votada, segundo o parágrafo 3º do art. 180 do Regimento Interno, em regime de urgência, o seu acessório, que é a modificação desse Orçamento que vamos aprovar hoje, da mesma forma. Estaremos dando um cheque em branco para que o governador possa modificar a Lei Orçamentária que estamos aprovando. Se assim não for o entendimento desta Casa, haveremos, senhoras e senhores, de entender que o Orçamento que vamos votar daqui a pouco é um faz de conta. Ao aprovar essa urgência, autorizando o governador a modificar o Orçamento, óbvio que no Orçamento a ser aprovado serão por conta do governador as modificações que ele quiser fazer. Um Orçamento do qual que o governador já tirou, só na área de segurança pública, 66,6% da aplicação prevista neste ano para o ano que vem. imagine ele, agora, com esse cheque em branco, em regime de urgência, puder mexer no Orçamento da forma que lhe aprouver.

Por isso, Sr. Presidente, peço a V.Ex<sup>a</sup>, na condução desses trabalhos, que observe que estamos votando o regime de urgência sem que o Regimento Interno da Casa permita.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto, para encaminhar, pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. ROSEMBERG PINTO:-** Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, ouvi atentamente os oradores que encaminharam essa votação. Primeiro, quero dizer que é verdade que os projetos têm chegado aqui muito em cima da hora e acaba havendo a dificuldade para um conhecimento mais apurado por parte de todos os deputados, não só da Oposição, como dos deputados vinculados ao Governo. Acontece que a possibilidade de se fazer um empréstimo pelos Estados foi algo que aconteceu agora, recentemente, na reunião dos secretários da Fazenda de todos os Estados, por uma pressão muito grande dos governadores dos Estados, que se reuniram com o ministro da Fazenda para possibilitar que os empréstimos aprovados pelas Assembleias Legislativas possam ter essa posição concretizada.

Ora, não é verdade quando se diz que não está especificado. Diz o projeto de lei que o Poder Executivo fica autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, operação de crédito interno até o valor de R\$ 600 milhões, observadas as condições e as exigências dos órgãos encarregados da política econômico-financeira da União. Significa que vamos autorizar e ainda assim estará submetido essa autorização à União. É assim e sempre foi dessa maneira.

No parágrafo único, está fixado que os recursos de que trata o caput do projeto destinam-se à viabilização de investimento previsto no Orçamento do Estado da Bahia, nas áreas da educação, mobilidade urbana, infraestrutura hídrica, infraestrutura urbana e infraestrutura viária. E serão aplicados exclusivamente em despesas de capital.”

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O Sr. ROSEMBERG PINTO:-** Darei, deputado.

Ora, estão claramente definidas as áreas de investimento do empréstimo. Acontece que sabem todos os Srs. Deputados aqui que quem vai definir o plano está vinculado ao momento da liberação dos recursos num plano definido, porque é assim que as instituições financeiras exigem. Então não se trata de um valor que não terá um plano de investimento definido, esse plano de investimento está exatamente vinculado ao que vamos aprovar, que está dentro do Orçamento do ano de 2017.

Quero, aqui, dizer que precisamos desse investimento, desse empréstimo, como disse, há pouco, ao deputado Pedro Tavares, porque o governador disse em Itapetinga, na última sexta-feira, que estaria colocando, em edital público, a recuperação da estrada que liga a cidade de Potiraguá à BR 101, que V.Ex<sup>a</sup>, inclusive, tem questionado aqui. Anunciou que, em janeiro, tem edital para licitação da estrada de Iguaiá a Poções, que todos os deputados aqui têm cobrado insistentemente, ou seja, para a infraestrutura do Estado. Está dito no processo de autorização.

Não é algo do nosso governo, as autorizações para empréstimo, nesta Casa, sempre aconteceram nesse formato, porque é a oportunidade que se tem. E a Bahia está de parabéns, porque, entre todos os Estados, é aquele com maior capacidade de endividamento, pela capacidade da gestão que estamos fazendo. Não é algo apenas do nosso governo, do governo Jaques Wagner e o do governador Rui Costa. Mesmo nos governos anteriores já se fazia um trabalho para reduzir o nível de endividamento e possibilitar essas oportunidades. Não podemos abrir mão dessa oportunidade de empréstimo para o governo executar as obras que muitas das vezes cobramos.

Por isso, acho que devemos aprovar, sim, a urgência e, logo depois, iremos aprovar o projeto. Estamos falando apenas da urgência para o processo da autorização do empréstimo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Neto.

**O Sr. ZÉ NETO:-** Sr. Presidente, tomarei pouco tempo, irei apenas explicar, deputado Sandro Régis, por extrema lealdade e responsabilidade com V.Ex<sup>a</sup>, que a reclamação é procedente, desde que tenhamos o parâmetro correto do que significa este momento. Claro que o deputado Luciano colocou algumas questões jurídicas aqui, mas queria só colocar para ele que ainda é uma pretensão. Chegou em cima da

hora porque, infelizmente, até a semana passada, não havia previsão de crédito em nenhuma dessas instituições financeiras.

Nos últimos 15 dias, tem-se trabalhado as negociações do Banco do Brasil com o governo federal.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O Sr. ZÉ NETO:-** Houve, por parte do governo federal e do próprio Banco do Brasil, a possibilidade – ainda não é uma coisa concreta – de que se efetive esse empréstimo. V.Ex<sup>a</sup>, lembre – e o deputado Sandro sabe mais, porque estava aqui no mandato anterior – que já chegamos a ter, aqui, 2 bilhões e 200 milhões de reais de aprovação em projeto e não captamos nem 300 milhões. Então é um momento muito delicado.

Quero dizer a V.Ex<sup>as</sup> que é impossível o que V.Ex<sup>as</sup> pedem, pelo seguinte: você não pode, numa mera pretensão, numa mera autorização, preparar um projeto, elencar obras e gastar dinheiro público numa situação totalmente, diria assim, de impossibilidade talvez, ou de dúvida, ou de insegurança, porque aqui não há segurança nenhuma ainda. O que nós temos agora é a possibilidade, temos uma autorização. E como chegou em cima da hora e tivemos que correr contra o tempo, é por isso que nós estamos tratando com essa urgência, porque, realmente, vamos ter até o fim do ano para correr aqui com os procedimentos próximos, os encaminhamentos diversos.

Agora quero fazer um compromisso com a Oposição. Em se tratando de uma situação como essa, inclusive como V.Ex<sup>a</sup> colocou que está aqui autorizando ao governador, exatamente, porque senão estaríamos aqui de uma certa forma, ou de uma forma ou de outra, ou você diz estará autorizando no futuro, porque não há garantia ainda de que esse empréstimo seja efetivado.

Então, se ele estivesse garantido, seria aprovado junto com a norma que nós estamos a aprovar. Se assim não fosse, jamais teríamos nenhum empréstimo aprovado, porque na medida em que estamos aqui hoje e autorizamos uma lei orçamentária, a própria lei orçamentária prevê no seu bojo a possibilidade de alteração futura exatamente por isso, por necessidades econômicas, financeiras, fiscais que vão se dando no curso do cumprimento da lei orçamentária.

Mas quero deixar com a Oposição o compromisso de no próximo momento em que já houver a autorização, a regulamentação e a apresentação da carta de intenções já com os projetos previamente elencados, trazer para V.Ex<sup>as</sup>.

Logo cedo, ouvimos tantas reclamações de deputados com relação às estradas, com relação a água, com relação à segurança pública e tantas outras situações... E a estrada de Macarani, meu querido, eu vou trabalhar para que V.Ex<sup>a</sup> seja um dos contemplados já que no Orçamento, o nosso deputado Hildécio, já teve também contemplada uma parte das suas pretensões oriundas lá da região onde ele faz sua morada e a sua caminhada eleitoral de forma mais densa.

Então quero me comprometer com a Oposição que vou trazer para V.Ex<sup>as</sup> os procedimentos transparentes, daqui para a frente, de todo o processo de liberação que houver.

O Sr. Hildécio Meireles:- Quem foi contemplado foi o prefeito de Cairu, não foi eu não. O governador foi pra lá para dizer que estava contemplando o prefeito de Cairu. Foi às vésperas das eleições inclusive.

**O Sr. ZÉ NETO:-** Nós lembramos de V.Ex<sup>a</sup> que já havia pedido aqui também.

O Sr. Hildécio Meireles:- O Ministério Público já entrou com uma ação contra ele.

**O Sr. ZÉ NETO:-** Era isso, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

Em votação.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, no meu discurso, talvez, precise pedir aos oradores que são Líderes da Situação que, talvez, entendam aquilo que eu quero dizer e que venho batendo neste Parlamento que é sobre a urgência.

Nós não estamos aqui discutindo a questão do mérito, se o empréstimo é bom ou deixa de ser. Estou fazendo a questão de ordem, Sr. Presidente, baseado no § 3º do art. 180, do Regimento Interno que diz que as leis orçamentárias não podem ser apreciadas em regime de urgência. E todos nós sabemos que em Direito o acessório acompanha o principal. Se aqui está autorizando o governador do Estado a fazer as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias, ele está votando matéria orçamentária e nós estamos impedidos pelo art.180, § 3º, do nosso Regimento Interno.

A minha questão de ordem é no sentido de que V.Ex<sup>a</sup> decida. Já sei qual é o entendimento da assessoria de V.Ex<sup>a</sup>, dizer que no Regimento consta Projeto de Lei Orçamentária. Ora, o que eu estou dizendo é que o acessório acompanha o principal. A lei, e o Regimento é uma lei, tem mais do que o texto, ela tem o espírito. E o que se pretende no espírito dessa lei é que matérias orçamentárias pela importância que requerem, pela importância que têm, não podem ser votadas em regime de urgência. E o projeto que traz autorização para empréstimo, traz embutida uma votação de um projeto de lei orçamentária.

Por isso faço essa questão de ordem a V.Ex<sup>a</sup> e já sei qual a resposta da sua assessoria, mas peço a V.Ex<sup>a</sup> que reflita sobre essas questões legais. Volto a repetir, o nosso Parlamento precisa mostrar-se forte e independente, embora harmônico e

colaborativo com os poderes, mas forte e independente para que possamos cumprir o nosso mandato, que é defender o povo da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o artigo 180 é muito claro quando fala projeto de lei orçamentária. Então, peço vênua a V.Ex<sup>a</sup>, mas vou indeferir a sua questão de ordem.

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, queria complementar esse raciocínio do deputado Luciano. O que acho mais grave ainda, deputado Luciano, é que estamos hoje, dia 06 de dezembro, faltando apenas 24 dias para terminar o ano, e esses recursos que o governo pretende financiar certamente só ingressarão nos cofres do Estado a partir do ano que vem ou talvez, até, do outro ano. E estamos autorizando o Poder Executivo a mexer no orçamento que nem ainda aprovamos. O que é ainda pior, Sr. Presidente.

Portanto, quero corroborar com o raciocínio do deputado Luciano e pedir a V.Ex<sup>a</sup> que retire esse projeto de pauta por total inconsistência. Já que estamos autorizando o governo a mexer no orçamento que nem votamos ainda. Se esses recursos ingressassem nos cofres públicos ainda este ano, ainda vá lá, mas é algo ainda subjetivo, é algo abstrato. Como é que vamos autorizar o governo a mexer no orçamento que ainda nem votamos, que não existe?

Portanto, quero corroborar com o raciocínio do deputado Luciano. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares pelo tempo de até cinco minutos.

**O Sr. PEDRO TAVARES:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, mais uma vez, o governo do Estado passa por cima das prerrogativas desta Casa ao encaminhar um projeto em regime de urgência de um empréstimo de 600 milhões sem a devida discussão. E aí, deputado Zé Neto, o nosso questionamento não é contra o projeto, aqui ninguém é contra o projeto. Se o projeto for bom para a Bahia, contará, sim, com o nosso apoio. Mas o nosso questionamento é sobre a forma como o governo encaminha os projetos para esta Casa, sem a mínima discussão, sem passar pelas comissões desta Casa, sem que, ao menos, os deputados saibam o que estão votando. V.Ex<sup>a</sup> falou que não teve tempo de conversar e dialogar, porque a autorização desse projeto foi discutida na semana passada. Será que ontem, na segunda-feira, não havia deputados na Casa? No dia de hoje, dia de reunião da CCJ, não se poderia convocar uma comissão conjunta para que pudéssemos discutir esse projeto?

Mais uma vez, o governo se utiliza da sua ampla maioria nesta Casa para aprovar mais uma operação de crédito de 600 milhões de reais sem detalhar para a sociedade para onde vai esse dinheiro. Porque, como disse o deputado Rosemberg, é

de forma genérica, sem detalhar. Está aqui, educação, mobilidade urbana, infraestrutura hídrica, infraestrutura urbana, infraestrutura viária, é muito genérico, ninguém sabe para onde vão esses recursos, como serão aplicados esses recursos.

V.Ex<sup>a</sup> falou aqui da estrada que cobrei hoje no Pequeno Expediente, a BA-130, que liga Macarani a Itapetinga, também a BA-270, que é uma importante estrada do interior da Bahia, que liga o município de Potiraguá até a BR-101.

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O Sr. PEDRO TAVARES:-** Será que, quando o governo precisou fazer essa operação, ele não tinha o planejamento onde seriam usados esses recursos? Quais as estradas que iria contemplar? Especificamente, em qual área da educação seria usado esse recurso? Mas não, não se discute. Esta Casa não tem discussão, não tem debate, não se aprofunda sobre os projetos que serão votados.

Com muita honra um aparte ao nobre deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Quero corroborar com a fala de V.Ex<sup>a</sup> e fiquei refletindo com relação ao que falou o deputado Zé Neto, que essa é apenas uma pretensão do Poder Executivo, não se trata ainda de realização do financiamento. Ora, como é que é uma pretensão e temos que votar? E ainda assim de forma atropelada. O que me chama atenção, deputado Zé Neto, e aqui é um equívoco muito grande, acho que nós, deputados, votando, aprovando essa matéria aqui, estamos dando um atestado de total incapacidade.

Vejam, como aqui falou o deputado Luciano, o art. 2º diz: “Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.”

Quero perguntar o seguinte: qual é o orçamento que esta lei está autorizando o Poder Executivo a fazer modificação? Só pode ser a atual. Ora, esse recurso vai ingressar agora? Portanto, meu caro deputado Zé Neto, esse projeto de lei é inconsistente, não estou nem mais argumentando a urgência ou não. O projeto de lei na sua tese é inconsistente.

Muito obrigado, deputado Pedro.

**O Sr. PEDRO TAVARES:-** Incorporo o aparte.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, encaminhamento não comporta aparte, mas em deferência a V.Ex<sup>a</sup>, vou permitir.

**O Sr. PEDRO TAVARES:-** Para finalizar, esta Casa não pode se apequenar ao governo do Estado, e vem, mais uma vez, em regime de urgência querer aprovar este projeto. Digo, deputado Zé Neto, mais uma vez, que nós não somos contra o projeto, se o projeto for bom, contará com nosso apoio. Estamos contra e questionamos a forma de encaminhamento aqui nesta Casa, em regime de urgência, sem a devida discussão.



Fica aqui o meu apelo para que não se vote essa urgência, para que se discuta, se debate e se utilizem as comissões permanentes desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. O deputado Sandro Régis pediu quórum de votação. Zera o painel, marquem 25 minutos. Os Srs. Deputados que queiram votar, marquem suas presenças.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Pedi para o digníssimo Líder da Oposição marcar a presença, ele pediu verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Sandro Régis, V.Ex<sup>a</sup> poderia marcar a presença, por favor.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, tenho 25 minutos para isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Podendo marcar, melhor.

O Sr. Sandro Régis:- O deputado Alex Lima deve cuidar dele.

Estão faltando marcar as presenças os deputados Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, deputada Ângela Souza; os deputados Ângelo Coronel, Augusto Castro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Davi Rios, Fábio Souto, Tom Araújo, Targino Machado, Soldado Prisco, Sidelvan Nóbrega, Rogério Andrade, Pedro Tavares, Paulo Rangel, Pastor Sargento Isidório, Pablo Barrozo, Manassés, Jurandy Oliveira...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quórum. Srs. Deputados que aprovam o requerimento do deputado Zé Neto permaneçam como se encontram. Aprovado contra os votos dos deputados: Targino Machado, Adolfo Viana, Alan Sanches, Fábio Souto, Luciano Ribeiro, Sandro Régis, Carlos Geilson, Pablo Barrozo, Luciano Simões Filho, Pedro Tavares, Soldado Prisco, Pastor José de Arimatéia, Tom Araújo, Sidelvan Nóbrega, David Rios, Leur Lomanto Júnior. Portanto, aprovado por maioria.

O próximo projeto é o requerimento de prioridade para o orçamento, apenas para reduzir os prazos.

O Sr. Sandro Régis:- Tem tanto urgência essa prioridade que nós ficamos perdidos. É uma prioridade e uma urgência. É uma urgência e uma prioridade...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Esta é uma Casa ágil que segue o regimento. Requerimento nº 8.814/2016, do deputado Zé Neto. (Lê) *“Requeiro, nos termos do art. 181 e seguintes do regimento Interno, PRIORIDADE para a tramitação do Projeto de Lei nº 21.999/2016, de autoria do Poder Executivo, que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2017.”*

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado contra os votos dos deputados Targino Machado; Sandro Régis; Pablo Barrozo; Luciano Ribeiro; Adolfo Viana; Fábio Souto; Leur Lomanto Júnior; Tom Araújo; Alan Sanches; Carlos Geilson; Pedro Tavares; Sidelvan Nóbrega; David Rios; Soldado Prisco e José de Arimatéia. Portanto, aprovado o requerimento 8.814/2016, por maioria de votos. Concorda, Ex<sup>a</sup>?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir, em 1º turno, “o Projeto de Lei 21.999/2016, de autoria do Poder Executivo, que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2017.”, o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 20 minutos.

**O Sr. CARLOS GEILSON:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, você que nos assiste pela *TV Assembleia*, há pouco nós ouvimos aqui o pronunciamento do nobre deputado Rosemberg Pinto, que tentava explicar a respeito do empréstimo de R\$600 milhões. O deputado disse que estava muito claro no projeto aonde o dinheiro seria aplicado. Ele leu que seria aplicado em saúde, educação, segurança, infraestrutura, etc. Então, o deputado Rosemberg Pinto tentou justificar, e não conseguiu.

Com todo o respeito a V. Ex<sup>a</sup>, de forma genérica, R\$600 milhões, dar um cheque em branco para o governo sem explicitar aonde o dinheiro será aplicado... É muito fácil dizer que o dinheiro vai ser aplicado em saúde, educação, segurança, infraestrutura, mobilidade, isso e aquilo. Conversa para boi dormir! O governo não tem um plano específico de investimento, quer tomar um dinheiro emprestado, como há pouco falou o deputado Zé Neto, tentando justificar que a coisa foi uma medida tomada em cima da perna, às pressas, com as calças na mão, pra justificar esse pedido de empréstimo. Quando você chega na farmácia, pede um remédio, e a atendente lhe diz: “Não tem esse remédio, tem o genérico”. É isso que acabamos de ouvir há pouco, não tem a especificação, tem o empréstimo genérico aqui do governo do Estado.

É por isso que votamos contra a urgência, porque, com um empréstimo – sem passar pelas comissões – de R\$600 milhões, um Estado com as dificuldades que tem vai se endividar ainda mais. Isso é para ter um amplo debate, isso é para que possamos discutir de forma muito clara em todas as comissões. O governo desdenha desta Casa, está pouco se lixando, R\$ 600 milhões é para que possamos debater com a presença do Líder da Bancada, com o secretário da Fazenda, para justificar a necessidade do empréstimo e nos convencer para que pudéssemos, para que possamos votar de forma favorável. Não é isso que acontece de jeito nenhum!

Portanto, nós votamos contra a urgência. Não é contra o empréstimo, não é contra que o dinheiro chegue aos cofres do Estado para investir nessa ou naquela obra, para que o dinheiro seja injetado nesta ou naquela secretaria. Aqui nós estamos a analisar o pedido de empréstimo, nós estamos a analisar a questão do orçamento. No Brasil já passou no Congresso, na Câmara Federal, a PEC do teto, está no senado. O PT é contra porque, pelo projeto, só vai gastar de acordo o índice da inflação, mas esse mesmo discurso o PT não tem aqui na Bahia. E eu quero trazer à tona, à luz do

meu debate, do meu pronunciamento, o que está no orçamento 2016/2017. Na educação, por exemplo, o governo vai fazer um incremento no Orçamento de 7,79%, está mais ou menos dentro da realidade. O Orçamento de 2016 de R\$5 bilhões e 48 milhões vai para 2017 R\$ 5 bilhões e 440 milhões. Mas na saúde o governo do Estado não repassa a inflação, o Orçamento de 2016 foi de R\$4 bilhões e 990 milhões de reais. Para 2017, 5 bilhões e 980 milhões de reais, um incremento de 2,17%.

Mas é o PT que reclama, que não pode passar o índice inflacionário na União e que tem de ter o gasto sem limites. Mas aqui na Bahia não chega nem na metade da inflação de um ano para o outro. Veja que discurso enviado do Partido dos Trabalhadores. Lá é um discurso, aqui é outro. É o partido da contradição, é o partido do discurso da conveniência.

Aqui a deputada Luiza Maia criticou que o prefeito Elinaldo está cortando Secretarias da Mulher, da Igualdade Racial etc. Mas ela esqueceu de subir a esta tribuna e criticar que o governo está cortando investimentos na Secretaria da Mulher, está cortando investimentos na Secretaria da Igualdade Racial. Vou ler, deputada, para lhe ajudar no raciocínio.

Secretaria da Igualdade Racial, incremento, vejam só: Orçamento em 2016, 12 milhões e 657 mil reais. Para 2017, 9 milhões e 535 mil reais. Diminuíram os recursos. Na Cultura houve também uma retração de R\$230 milhões para R\$198 milhões. É o governo que tira dinheiro da Cultura.

Na Secretaria de Políticas para as Mulheres, o governo também diminui recursos no Orçamento, mas ninguém aqui protesta, ninguém aqui reclama, a Bancada está para dizer amém.

O Orçamento do Estado em 2016, foi de 41 bilhões e 882 milhões de reais. Para 2017, 43 bilhões e 772 milhões de reais; incremento de 4,49. Praticamente a metade. Mas em Brasília, Temer não pode nem repassar a inflação porque quer acabar com a saúde, com a educação, e já tem a PEC dos gastos. Mas aqui na Bahia, deputado Hildécio Meireles, não tem nem PEC, mas está com o orçamento como se já estivesse em prática e como se já tivesse adotado a PEC que limita os gastos.

É o discurso enviado, é o discurso atravessado, é o discurso da conveniência. Tirando dinheiro da Cultura, diminuindo dinheiro na Secretaria da Igualdade Racial, tirando dinheiro da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Creio que o governo está fazendo isso pelas dificuldades financeiras, pela situação do Estado, mas aqui pode ter dificuldades; lá, que foi quebrado, quando Temer assumiu foi com um rombo de R\$ 96 bilhões – depois descobriu-se que, na verdade, o rombo é de R\$ 170 bilhões e 500 milhões –, e o reflexo está aí. O reflexo é esse que estamos vendo: a economia está quebrada; o Rio de Janeiro está falido; o Rio Grande do Sul está falido; Minas Gerais, que é governado pelo Partido dos Trabalhadores, está quebrado; e outros Estados abrirão o bico em 2017. As previsões são catastróficas, são terríveis para o ano vindouro.

Eu ouço, aqui, próceres do Partido dos Trabalhadores subirem a esta tribuna para reclamar da economia, como se esse rombo e essa situação de penúria e de caos não tivesse as impressões digitais do Partido dos Trabalhadores. Como agora tudo recai sobre o presidente Michel Temer? Tenho as minhas críticas e observações a respeito dele, porque acho que é um presidente que não tem postura, que não tem posição e cede a qualquer tipo de pressão. Falta ao presidente Temer posição, coerência, mas não podemos trocar de presidente, como quer o Partido dos Trabalhadores, como quem quer ou quem compra produtos na prateleira de um supermercado. Isso é uma coisa muito séria! Isso é coisa para analisarmos com muito critério e muita segurança!

O que está aí pode não ser o presidente dos nossos sonhos, mas é o que está de forma constitucional. Ele foi eleito numa chapa com a presidente defenestrada, Dilma Vana Rousseff, e constitucionalmente assumiu o seu lugar. O Partido dos Trabalhadores tem de entender que nós devemos defender a governabilidade.

A instabilidade entre os Poderes leva o País a essa situação de instabilidade. Nós estamos prestes a viver, ou, de forma indireta, já estamos vivendo, uma ditadura do Judiciário, em que o presidente de um Poder é afastado de forma monocrática. Nem pelo colegiado, o que deveria ter acontecido e o que deveria ter ocorrido.

A PEC do teto dos gastos pode ser um mal, mas é um mal necessário! Nós temos três possibilidades diante dessa crise: a PEC que limita os gastos públicos; a implementação de tributos, colocar mais impostos; ou deixar como está e a inflação voltar de forma galopante. Não tem outra situação, não tem outro remédio. Fora disso é conversa fiada, é querer ludibriar, é querer enganar o brasileiro.

Pode-se discutir que 20 anos é tempo demais, mas esse seria o tempo necessário para nos recuperarmos dos mal feitos, dos gastos desnecessários, do populismo irresponsável que varreu alguns países da América. Agora esse populismo irresponsável está sendo varrido! Vejam o que era a Venezuela há 30 anos. Era um dos melhores países do mundo para se viver, e hoje, depois desse populismo irresponsável, é a catástrofe, é o caos! E é esse populismo, se não fosse afastado, que nos levaria a essa crítica, de penúria e de caos!

A esquerda irresponsável, a esquerda que, quando está fora do poder tem a forma de governar, mas quando assume o governo se atrapalha, tropeça nas próprias pernas. Foi assim que nós vimos uma distribuição de renda que, na verdade, não funcionou, aparentemente, sim, mas na prática não. A pobreza continua a aumentar, o País endividado, caos na saúde, caos na segurança, caos na educação, e o Partido dos Trabalhadores tem as impressões digitais em tudo isso que nós estamos vendo e vivendo. Aí sobe aqui à tribuna para dizer que a crise econômica foi forjada e criada no governo de Michel Temer, como se esse pessoal não tivesse governado o País por 14 anos: 8 anos de Lula e 6 anos de Dilma, 14 anos no poder. E o que se viu, deputado Targino Machado? A falência que está aí, a pobreza que está aí, a ineficiência do Estado, falência múltipla dos órgãos governamentais.

Tomo a fala de V.Ex<sup>a</sup> para dizer: o Orçamento do Estado está muito aquém. Apresentamos emenda para mais investimentos na segurança pública, por exemplo. Se você for em qualquer cidade deste Estado, está lá o tráfico de drogas instalado, o crime organizado, a violência solta e o Estado ineficiente para combater. Tem bairros em Salvador em que a Polícia não entra.

Em Feira de Santana tem bairros em que para a polícia ter acesso tem que ver como e com reforço. Isso mostra a falência do Estado brasileiro de modo geral. Não tem lugar, lugarejo mais distante onde não tenha se estabelecido o tráfico de drogas. Como é que essa cocaína entra no País? Como é que se vende tanta maconha, cocaína e crack neste País. E a fiscalização das nossas fronteiras? Isso só reforça que, de modo geral, nós estamos com a política empobrecida. E por que está empobrecida? Porque o sistema político é falho. Se não houver uma reforma, nós vamos ter operações rotineiras como da Lava-Jato. Quando o político vai até o eleitor e pede o voto, o que ele ouve? Vai me dar o quê? E esse político que tem para dar conseguiu como? Legalmente é que não foi, do salário dele é que não foi. Então ele está alimentando esse eleitor, é o corrupto e o corruptor.

Nós estamos vivendo essa situação, a reforma política não sai, reformas e mais reformas são anunciadas, e o Brasil de mal a pior.

Portanto, Sr. Presidente, voto contra esse Orçamento por não contemplar as necessidades do Estado da Bahia. Esse Orçamento tira dinheiro da cultura, da Secretaria de Proteção às Mulheres, da Igualdade Racial. Não posso concordar com esse Orçamento, com essa peça que o governo do Estado nos apresenta para ser votada nesta noite.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra, o deputado Adolfo Viana para discutir a matéria pelo tempo de 25 minutos.

**O Sr. ADOLFO VIANA:-** Srs. Deputados, no início do mandato, eu achava que a deputada Luiza Maia não gostava de mim. Hoje, tenho certeza de que ela gosta, porque basta eu me dirigir à tribuna que já começa a dizer que é isso, aquilo, não para, fala mais que eu. Fico, aqui da tribuna, querendo desenvolver uma linha de raciocínio, mas ela não permite, fala incansavelmente, ela dá nota aos discurso, avalia tudo.

Vamos tratar do que realmente importa – deputada Luiza Maia – o Orçamento do Estado. Começaremos dizendo que o Estado da Bahia é um dos mais violentos do Brasil. Disso ninguém tem dúvida alguma, as estatísticas, os números da violência, os jornais, as capas dos jornais, os blogs, todos mostram uma violência crescente, principalmente, deputada, contra as mulheres. Realmente, são números que assustam.

Este Parlamento deve exercitar essa discussão, justamente, para que possamos avançar no apoio tanto à Polícia Civil quanto à Polícia Militar, quanto às instituições que, de alguma maneira, protegem o cidadão baiano.

No Orçamento que temos para o ano de 2016, podemos observar que o governo encaminhou um incremento de 0,021% na área de segurança pública. Em contrapartida, na Secretaria de Comunicação Social, o incremento é de 32%. Percebam V.Ex<sup>as</sup> o grau de prioridade que o atual governo dá à segurança pública.

No início do ano, travamos uma luta importante cobrando a nomeação dos policiais, cobrando a nomeação dos agentes penitenciários, cobrando a nomeação da polícia técnica, e essa luta não vai parar. Ao mesmo tempo, o governo do Estado, durante todo esse período – deputada Fabíola, V.Ex<sup>a</sup> que sempre presta muita atenção aos pronunciamentos dos deputados – argumentou que tinha atingido o índice do limite prudencial e, por esse motivo, tinha dificuldades de contratar os concursados. É bem verdade que alguns concursados foram contratados.

Deputado Nelson, precisamos compreender que se o governo do Estado fez o concurso público foi, justamente, porque sentiu a necessidade de contratar mais profissionais. Aí vem a maior contradição de todas, ao mesmo tempo que o governo diz que não pode contratar os deputados por ter atingido o limite prudencial, observando o Diário Oficial do mês de novembro, pudemos observar que o governo do Estado nomeou mais de 200 cargos de confiança. Pergunto a V.Ex<sup>as</sup>: existe mais uma vez, ou não, uma inversão de prioridades? É óbvio que existe.

Precisamos ter a certeza de que ninguém sozinho é capaz de administrar um estado do tamanho do Estado da Bahia. É óbvio que o governador Rui Costa não tem a condição de fazer isso sozinho. Ele precisa compreender que de alguma maneira o seu governo está errando. No momento em que reconhece a necessidade de contratar novos policiais; lança o edital; faz com que os concursados passem por todos os obstáculos até o curso de formação; passam no curso de formação e ficam a aguardar apenas a nomeação no Diário Oficial. O que é que acontece? Não acontece nada. O governo resolve apadrinhar alguns novos funcionários em vez de nomear policiais civis, investigadores, agentes penitenciários e peritos da Polícia Técnica. Essa é uma realidade.

Muitas vezes ficamos aqui travando um discurso entre Governo e Oposição. Nós, da Oposição, atacando e os deputados governistas a defender, e esquecemos, muitas vezes, de fazermos proposições, de encontrarmos caminhos, de fazermos propostas para o atual governo. É muito lamentável, é triste.

No Orçamento deste ano, deputado Marcelino Galo, V.Ex<sup>a</sup> que julgo um dos deputados comprometidos, atuantes, um dos deputados responsáveis desta Casa, V.Ex<sup>a</sup> que goza de prestígio com o governo, ao avaliarmos essa planilha para o Orçamento de 2017 vemos que há coisas que precisam ser reavaliadas.

Eu vejo aqui o combativo deputado Alex Lima, deputado que não se esquiva das discussões, que sempre entra em defesa deste governo por acreditar que ele é

bom. Eu na maioria das vezes discordo dele, e ele na maioria das vezes discorda de mim, mas tenho certeza que em alguns momentos vamos convergir na linha de raciocínio.

Tenho certeza, deputado Alex Lima, que V.Ex<sup>a</sup>, ao analisar este Orçamento para o ano de 2017, vai perceber que aumentar 0,21% na Segurança Pública e aumentar 37% na Secretaria de Comunicação Social é desproporcional, porque se nós temos um dos estados mais violentos do Brasil, posso garantir a V.Ex<sup>a</sup> que também temos um estado que talvez seja, no quesito comunicação, o melhor do País, aquele que melhor se comunica, até porque investe mais na parte de comunicação.

O Sr. Alex Lima:- Um aparte, deputado.

**O Sr. ADOLFO VIANA:-** Com o aparte o deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Deputado Adolfo Viana, merecidamente eleito um dos destaques desta legislatura no ano de 2016, com atuação muito combativa em defesa dos interesses da Bahia, apenas para contribuir com o discurso de V.Ex<sup>a</sup>, hoje tive a oportunidade de estar com o secretário de Comunicação, André Curvelo, e, por coincidência, tratamos desse tema.

O que aconteceu, na verdade, é que há cerca de 2 anos a verba de Comunicação Social era da Secretaria... Existia a verba da Secretaria, mas cada órgão do Estado tinha a sua própria verba também. O que está acontecendo neste ano é uma centralização dos recursos na Secretaria de Comunicação do Estado. Por essa razão é que chama a atenção esse número. Apenas para contribuir com a preocupação de V.Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. ADOLFO VIANA:-** Não entendi, não. V.Ex<sup>a</sup> pode ser mais claro?

O Sr. Alex Lima:- A verba da Secretaria de Comunicação... Nos últimos 2 anos, havia a verba da Secretaria, mas cada órgão do Estado também tinha uma verba de comunicação. O que está previsto para o Orçamento de 2017 é uma concentração dos recursos na Secretaria de Comunicação Social. Por isso chama a atenção de V.Ex<sup>a</sup>, sempre atento aos projetos debatidos na Casa, o volume, o aumento de 37% no Orçamento com relação ao ano passado devido à centralização de recursos na Secretaria de Comunicação Social.

**O Sr. ADOLFO VIANA:-** Eu incorporo o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

E quero dizer que, realmente, chamou-me muito a atenção 37% para a área de comunicação e 0,21% para a pasta da Segurança Pública, que, em minha ótica, é uma das principais do Governo do Estado e uma das maiores deficiências deste governo.

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O Sr. ADOLFO VIANA:-** Ouvirei, com prazer, aquele que melhor conhece o orçamento nesta Casa, o colega e destaque parlamentar, merecidamente do ano também, Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Adolfo, peço este aparte a V.Ex<sup>a</sup> para discordar do que falou, em seu aparte, o deputado Alex Lima. Esse crescimento de previsão de receita na Secretaria de Comunicação, só se justifica pela eficiência que esse governo tem em fazer propaganda; um governo verdadeiramente midiático.

É por isso que muitos baianos cantam por aí que queriam morar, deputado Alex, na Bahia dos sonhos, na Bahia da propaganda do governo. Porque, na realidade, V.Ex<sup>a</sup> que anda pelo interior do Estado, V.Ex<sup>a</sup> que é de uma região também turística que é o Litoral Norte da Bahia, uma região tão bela, V.Ex<sup>a</sup> sabe que o governo não dá nenhuma prioridade para a atividade turística. Ao contrário do que acontece com a comunicação social do governo, também na área de turismo há um decréscimo dos recursos previstos para essa área.

Portanto, quero corroborar com a fala do deputado Adolfo Viana e até, deputado Alex, fazer um elogio a V.Ex<sup>a</sup>, V.Ex<sup>a</sup> que é presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Fiscalização e Controle, quero até reconhecer a eficiência de V.Ex<sup>a</sup> em defender o governo do Estado, já que V.Ex<sup>a</sup> faz parte da Base do Governo, acho até com a pretensão de substituir o deputado Zé Neto na Liderança do Governo, até porque V.Ex<sup>a</sup> faz muito bem esse papel.

Muito obrigado, deputado Adolfo.

**O Sr. ADOLFO VIANA**:- Incorporo o aparte do deputado Hildécio, o deputado Sandro está inscrito, mas antes de passar a palavra ao deputado Sandro, quero fazer uma provocação a esta Casa. Eu falei que a Secretaria da Segurança Pública teve 0,21% apenas de acréscimo na previsão orçamentária para o ano de 2017.

Deputado Hildécio, eu queria ouvir dos deputados governistas agora uma palavra com relação à Secretaria de Cultura do Estado. O Estado cortou 15% da cultura; menos 15% para a cultura. Pergunto a V.Ex<sup>as</sup>: onde está a prioridade desse Estado? Porque não é na segurança pública. A segurança pública foi apenas 0,21%, deputado e amigo Pastor Sargento Isidório. Segurança pública, que é uma das bandeiras de V.Ex<sup>a</sup>, o atual governo deu um reajuste, em relação ao ano passado, de 0,21%.

E pior, a parte cultural. Um corte de 15%, deputado Zé Neto, na pasta da cultura. O governo do Estado da Bahia está cortando verbas para a cultura. Explique, deputado Zé Neto, use esse microfone que está à sua frente, fale com todos os seus eleitores e com todos os cidadãos do Estado da Bahia o que houve com a cultura do nosso Estado que não está sendo prestigiada por parte desse governo. Se a questão da segurança pública não está funcionando, a parte cultural, que achei que seria prioridade para o atual governo, os números mostram, cultura não é prioridade para o atual governo, um corte de 15% para o ano de 2017.

O Sr. Sandro Régis:- Um aparte, deputado.



**O Sr. ADOLFO VIANA:-** Ouço, com prazer, o Líder deputado Sandro Régis.

**O Sr. Sandro Régis:-** Deputado Adolfo Viana, primeiro quero parabenizar V.Ex<sup>a</sup> pelo discurso técnico que V.Ex<sup>a</sup> faz às 9 horas da noite nesta Casa. V.Ex<sup>a</sup> discorre item por item do orçamento. Não vejo aqui o relator, deputado Nelson Leal, meu amigo. Na comissão onde foi votado o Orçamento, na qual votamos em contrário, justamente por tudo isso que V.Ex<sup>a</sup> proferiu na tribuna desta Casa, o deputado Nelson Leal, que incorporou o espírito de Miriam Leitão, nem assim conseguiu convencer a Bancada de Oposição no seu parecer em relação ao Orçamento.

Imagine, você, deputado Adolfo Viana: nós fizemos 13 emendas – escolhemos o 13 até para amolecer o coração do governo –, mas nenhuma dessas emendas foi acatada. Nenhuma das emendas foi acatada. Sabemos que a situação do País é difícil. Sabemos que a situação do Brasil não permite, deputada Fabíola, muitos avanços. Mas fizemos 13 emendas, emendas essas que eram para acrescentar no Orçamento. Fizemos emendas na educação, onde foram pedidas universidades estaduais, e foram negadas.

Então, deputado Adolfo Viana, quero lhe dizer que votamos contra essa peça orçamentária com muita tranquilidade e com muita razão. E dizer que o relator coração de pedra Nelson Leal, que barrou, que não acatou nossas 13 emendas, nem o espírito de Miriam Leitão conseguiu traduzir o seu parecer nas necessidades do povo da Bahia.

**O Sr. ADOLFO VIANA:-** Incorporo o aparte do Líder Sandro Régis e volto a provocar os nossos parlamentares, os colegas que compõem esta Casa. Vejam: o corte na cultura para o Orçamento de 2017 é de 14%. E agora, pasmem, V. Ex<sup>as</sup>, o corte na área do turismo: 32% é a previsão para o ano de 2017. Ou seja, o governo do Estado não prioriza nem cultura e nem turismo para o ano de 2017, porque se fosse uma prioridade o Orçamento apresentaria, através dos números, essas prioridades. Eu vejo a cara de tristeza do meu amigo e Líder do Partido dos Trabalhadores, o deputado Rosemberg Pinto. Realmente, vai ser muito difícil defender esses cortes na área de cultura e turismo.

Deputado Nelson Leal, relator do Orçamento, competente deputado, nós vamos cortar realmente, meu amigo, meu grande amigo, mas realmente vamos cortar 14,27% da cultura no ano de 2017?

(O deputado Nelson Leal fala fora dos microfones.)

Mas no Orçamento, deputado, tem aqui um corte. E vamos cortar 32,75% dos investimentos em turismo. Realmente, acho que faltou planejamento. Acho que o governo poderia ter apresentado um relatório mais prudente, mais responsável com a cultura e com o turismo para o Estado da Bahia.

Nós vamos aprovar o Orçamento? Claro que vamos. O governo tem 45 deputados e a Oposição tem 18. Não. Minto. O governo tem 43 e a Oposição tem 20. Acrescenta agora o deputado Marquinho Viana, que já fez um discurso eloquente aqui no tempo da Oposição, se queixando do Detran. Mas, deputado Marquinho, avalie também, V.Ex<sup>a</sup> que representa uma região que precisa de investimentos na área do turismo e da cultura...

**O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):-** Para concluir, deputado.

**O Sr. ADOLFO VIANA:-** (...) o governo está cortando o Orçamento nessas áreas.

Então, agradeço a tolerância do deputado Leur Lomanto, que ora preside esta sessão.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Encerrada a discussão. Em votação.

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Questão de ordem, deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, antes de pedir a verificação de quórum, gostaria de frisar para os colegas com os quais iremos votar esse orçamento – se é que votaremos ainda hoje – que é necessário fazer uma análise, venho repetindo isso aqui constantemente. Há pouco, eu observava que discutíamos, com relação ao valor, que o governo do Estado pretende tomar, de financiamento, R\$600 milhões de reais. Alguns deputados até ficam abismados com esse valor, mas é porque ninguém aqui ainda procurou prestar atenção no quanto o governo do Estado da Bahia pagou, deputado Rosemberg, neste ano, de uma rubrica chamada “despesas de exercícios anteriores”. Cerca de R\$2 bilhões foram pagos nessa rubrica. Para se ter uma ideia, essas despesas são despesas que foram feitas em anos anteriores e que não foram contabilizadas. Não se tem uma clareza, não se tem uma transparência em que área foi gasto esse dinheiro, e o governo do Estado dá prioridade a esse pagamento.

Ora, se ele não desse prioridade a esse pagamento, se não houvesse essa obrigação de pagar despesas de exercícios anteriores, que nós aqui não sabemos como surgiram, daria para ele investir 4 vezes mais, praticamente o valor que ele pede de financiamento. Portanto, entendo que devêssemos nos ater a uma avaliação mais profunda, mais contextual, na votação desse orçamento.

Por isso, Sr. Presidente, quero solicitar de V.Ex<sup>a</sup> uma verificação de quórum para votação.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, que seja dado o tempo regulamentar para que os deputados se desloquem para o Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Hildécio Meireles, V.Ex<sup>a</sup> será atendido, e o deputado Zé Neto também. Zerem o painel, marquem 5 minutos.

Srs. Deputados que estão presentes e queiram votar, marquem as presenças... (pausa) Srs. Deputados, quórum de votação!!

(Continua a verificação de quórum.)

Há quórum.

Em votação o Projeto de Lei nº 21.999/2016, que estima a receita e fixa as despesas do Estado para o exercício financeiro de 2017.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado com os votos em contrário dos deputados Adolfo Viana, Pedro Tavares, Fábio Souto, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Pablo Barrozo, Luciano Simões Filho, Tom Araújo, Hildécio Meireles, Soldado Prisco, José de Arimatéia, Sandro Régis e David Rios.

Portanto, aprovado em primeiro turno por maioria.

## **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 21.999/2016**

**Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2017.**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DECRETA:**

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2017 no montante de R\$44.449.147.633,00 (quarenta e quatro bilhões, quatrocentos e quarenta e nove milhões, cento e quarenta e sete mil e seiscentos e trinta e três reais), compreendendo, nos termos das normas das Constituições Federal e Estadual e da Lei nº 13.563, de 20 de junho de 2016:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, seus órgãos, fundos, autarquias, empresas estatais dependentes e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os órgãos e entidades da Administração direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, cujas ações são relativas à saúde, previdência e assistência social;

III - o Orçamento de Investimento das Empresas, abrangendo aquelas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

### **CAPÍTULO II DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SEÇÃO I DA ESTIMATIVA DA RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA**

**Art. 2º** - A receita total dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é estimada em R\$43.772.584.633,00 (quarenta e três bilhões, setecentos e setenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e seiscentos e trinta e três reais).

**Art. 3º** - A receita decorrerá da arrecadação efetuada nos termos da legislação vigente e segundo as especificações constantes do Anexo I desta Lei, observado o seguinte desdobramento por categoria econômica e origem:

	R\$ 1,00		
<b>Especificação</b>	<b>Tesouro</b>	<b>Outras Fontes</b>	<b>Total</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>37.236.921.512</b>	<b>4.817.818.288</b>	<b>42.054.739.800</b>
Receita Tributária	24.399.679.488	-	24.399.679.488
Receita de Contribuições	-	2.388.993.460	2.388.993.460
Receita Patrimonial	447.440.691	231.982.909	679.423.600
Receita Agropecuária	-	798.121	798.121
Receita Industrial	-	237.000	237.000
Receita de Serviços	40.654.828	148.799.703	189.454.531
Transferências Correntes	11.743.766.980	1.761.382.224	13.505.149.204
Outras Receitas Correntes	605.379.525	285.624.871	891.004.396
<b>Receitas de Capital</b>	<b>2.935.316.000</b>	<b>410.522.400</b>	<b>3.345.838.400</b>
Operação de Crédito	1.724.300.000	-	1.724.300.000
Alienação de Bens	5.930.000	3.361.000	9.291.000
Amortização de Empréstimos	9.120.000	142.818.000	151.938.000
Transferências de Capital	1.195.966.000	264.343.400	1.460.309.400
Outras Receitas de Capital	-	-	-
<b>Receitas Intraorçamentárias Correntes</b>	<b>-</b>	<b>3.312.764.312</b>	<b>3.312.764.312</b>
Receita de Contribuições	-	3.271.926.540	3.271.926.540
Receita de Serviços	-	40.837.772	40.837.772
<b>Deduções das Receitas Correntes</b>	<b>(4.797.387.879)</b>	<b>(143.370.000)</b>	<b>(4.940.757.879)</b>
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>35.374.849.633</b>	<b>8.397.735.000</b>	<b>43.772.584.633</b>

**Art. 4º** - A despesa total, no mesmo valor da receita, é fixada em R\$43.772.584.633,00 (quarenta e três bilhões, setecentos e setenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e seiscentos e trinta e três reais), sendo:

I - no Orçamento Fiscal, R\$29.645.156.904,00 (vinte e nove bilhões, seiscentos e quarenta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil e novecentos e quatro reais);

II - no Orçamento da Seguridade Social, R\$14.127.427.729,00 (quatorze bilhões, cento e vinte e sete milhões, quatrocentos e vinte e sete mil e setecentos e vinte e nove reais).

**Art. 5º** - A despesa fixada, observada a consolidação e o detalhamento da programação constante dos Anexos I e II desta Lei, apresenta, por órgão, incluindo as entidades da Administração indireta a eles vinculadas, o seguinte desdobramento:

R\$ 1,00

<b>Especificação</b>	<b>Tesouro</b>	<b>Outras Fontes</b>	<b>Total</b>
Assembleia Legislativa	541.535.000	-	541.535.000
Tribunal de Contas do Estado	251.477.000	-	251.477.000
Tribunal de Contas dos Municípios	181.128.000	-	181.128.000
Tribunal de Justiça	2.311.335.000	-	2.311.335.000
Casa Militar do Governador	28.009.000	-	28.009.000
Procuradoria Geral do Estado	122.781.000	-	122.781.000
Gabinete do Vice-Governador	2.068.000	-	2.068.000
Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento	427.189.800	243.798.000	670.987.800
Secretaria da Administração	2.795.309.000	6.170.701.000	8.966.010.000
Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura	178.428.440	927.000	179.355.440
Secretaria da Educação	5.418.849.050	44.461.000	5.463.310.050
Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social	308.276.000	6.040.000	314.316.000
Secretaria da Fazenda	802.631.000	217.092.000	1.019.723.000
Casa Civil	36.183.000	-	36.183.000
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	119.916.000	96.728.000	216.644.000
Secretaria do Planejamento	50.830.000	997.000	51.827.000
Secretaria de Desenvolvimento Rural	542.918.520	5.636.000	548.554.520
Secretaria da Saúde	3.605.635.460	1.534.600.000	5.140.235.460
Secretaria da Segurança Pública	4.411.821.600	-	4.411.821.600
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	277.009.458	16.552.000	293.561.458
Secretaria de Cultura	196.477.532	2.329.000	198.806.532
Secretaria de Infraestrutura	561.235.000	10.505.000	571.740.000
Secretaria de Desenvolvimento Urbano	2.291.154.550	7.459.000	2.298.613.550
Secretaria do Meio Ambiente	162.004.000	25.448.000	187.452.000
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	139.949.502	14.462.000	154.411.502
Secretaria de Relações Institucionais	6.065.000	-	6.065.000
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	9.535.000	-	9.535.000
Secretaria de Turismo	122.563.000	-	122.563.000
Gabinete do Governador	23.511.000	-	23.511.000
Secretaria de Políticas para as Mulheres	7.219.000	-	7.219.000
Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização	480.164.000	-	480.164.000
Secretaria de Comunicação Social	162.413.000	-	162.413.000
Encargos Gerais do Estado	8.035.771.721	-	8.035.771.721
Reserva de Contingência	30.000.000	-	30.000.000
Ministério Público	543.781.000	-	543.781.000
Defensoria Pública do Estado da Bahia	189.676.000	-	189.676.000
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>35.374.849.633</b>	<b>8.397.735.000</b>	<b>43.772.584.633</b>

## SEÇÃO II

### DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

**Art. 6º** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - com a finalidade de atender insuficiência nas dotações orçamentárias, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa atualizada dos orçamentos de que trata o art. 4º desta Lei, mediante a utilização de recursos, na forma permitida pelo art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, decorrentes de:

a) anulação, parcial ou total, de dotações orçamentárias ou de créditos autorizados em lei;

b) *superavit* financeiro do Estado e das entidades da Administração indireta e dos fundos, apurado nos respectivos balanços patrimoniais do exercício anterior;

c) excesso de arrecadação superveniente da execução dos orçamentos aprovados por esta Lei;

II - à conta de recursos provenientes de operações de crédito e das respectivas variações monetária e cambial, até o limite autorizado em lei ou previsto no cronograma de recebimento;

III - mediante a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de um programa para outro ou de um órgão para outro, para atender a necessidades supervenientes, devidamente justificadas.

**Art. 7º** - Não serão computados para efeito do limite previsto no inciso I do art. 6º desta Lei, os créditos suplementares se destinados a atender:

I - insuficiências das dotações relativas a pessoal e encargos sociais, inativos e pensionistas, dívida pública, honras de aval, débitos constantes de precatórios judiciais; a despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais; e a convênios e operações de crédito;

II - despesas relativas às emendas parlamentares de que trata o art. 48 da Lei nº 13.563, de 20 de junho de 2016, ou à conta de recursos da reserva de contingência.

**Parágrafo único** - As modificações orçamentárias intrassistema de que trata o art. 43 da Lei nº 13.563, de 20 de junho de 2016, não oneram o limite autorizado no *caput* desta Lei.

**Art. 8º** - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 20% (vinte por cento) da Receita Corrente Líquida estimada nesta Lei, observado o disposto nos arts. 32 e 38 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

## CAPÍTULO III

### DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS

**Art. 9º** - As receitas estimadas e as despesas fixadas do Orçamento de Investimento das Empresas totalizam R\$676.563.000,00 (seiscentos e setenta e seis milhões e quinhentos e sessenta e três mil reais), constantes dos Anexos I e II desta Lei, têm o seguinte desdobramento:

R\$ 1,00

<b>Especificação</b>	<b>Valor</b>
Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A (Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento)	190.000.000
Companhia de Processamento de Dados da Bahia (Secretaria da Administração)	3.713.000
Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A (Secretaria da Fazenda)	320.000.000
Empresa Gráfica da Bahia (Casa Civil)	3.736.000
Companhia de Gás da Bahia (Secretaria de Infraestrutura)	159.114.000
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>676.563.000</b>

**Art. 10** - As fontes de financiamento para cobertura dos investimentos fixados no artigo anterior, vedado o endividamento junto a empreiteiras, fornecedores ou instituições financeiras para compensar frustração de receita, são estimadas com o seguinte desdobramento:

R\$ 1,00

<b>Especificação</b>	<b>Valor</b>
Geração Própria	356.563.000
Operações de Crédito Interna	320.000.000
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>676.563.000</b>

#### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 11** - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, de forma direta, quando da publicação da Lei de Orçamento Anual para 2017, as alterações decorrentes de Lei sancionada que modifique a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, e cujas alterações não tenham sido alcançadas até a sanção desta Lei, permanecendo inalterado o valor total do Orçamento 2017, ficando dispensada a publicação dessas modificações mediante crédito suplementar.

**Art. 12** - O Plano Plurianal 2016-2019, instituído pela Lei nº 13.468, de 29 de dezembro de 2015, fica alterado na forma do Demonstrativo de Revisão do PPA, integrante do Anexo I desta Lei.

**Art. 13** - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2016.

Deputado Nelson Leal  
Relator

(Os Anexos da Proposta Orçamentária 2017 podem ser consultados no site: <http://www.al.ba.gov.br/servicos/Relatorios.php>)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o Projeto de Lei nº 21.841/2016 do Poder Executivo, que institui o Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar o deputado Rosemberg Pinto.

**O Sr. ROSEMBERG PINTO:-** Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer aqui a generosidade do deputado Pablo Barrozo, já que trabalhamos de forma conjunta na relatoria deste projeto, e ele me permitiu fazer a apresentação.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Agricultura e Política Rural, Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.841/2016 de autoria do Poder Executivo, o qual 'institui o Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado da Bahia, altera dispositivos da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, e da Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, bem como revoga a Lei nº 11.478, de 01 de julho de 2009'”.*

*Apresenta, à apreciação da Assembleia Legislativa, o Exmº Sr. Governador do Estado, o projeto que ora passo a relatar, instituindo o Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado da Bahia, alterando as Leis nºs 10.431/2006 e 11.612/2009, além de revogar a Lei nº 11.478/2009.*

*A proposição tem por objetivo 'a modernização e a ampliação do número de cadastros ambientais com a implantação do Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado da Bahia, visando sanear os passivos ambientais dos imóveis rurais, nos termos previstos na Lei federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012', segundo registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem.*

*O projeto, após intenso processo de discussões nesta Casa, e em face a entendimentos entre as lideranças da Assembleia...” – Quero agradecer aos deputados Sandro Régis e Zé Neto, que, como líderes, ajudaram, no sentido de construir unidade para que pudéssemos votar este projeto de forma pacificada – “(...) e com a participação dos órgãos governamentais envolvidos com a matéria, será objeto de substitutivo apresentado por este relator, na forma seguinte:*

*Substitutivo ao projeto de Lei nº 21.841/2016...”, conforme a redação já apresentada anteriormente com apenas uma alteração no Art.14, que inclui “...Atividades de Pequeno Potencial Poluidor e o Cadastro de Empreendimentos e Atividades sujeitos a procedimento especial de licenciamento ambiental.”.*

*Com isso, Sr. Presidente, seguindo o projeto oriundo do Executivo e (Lê) “(...)ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade aos requisitos exigidos de legalidade e constitucionalidade, opino pela sua aprovação na forma do Substitutivo...” por mim apresentado como relator neste momento.*

É o parecer.



Sala das Sessões, 06 de dezembro de 2016.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o Parecer do nobre deputado Rosemberg Pinto.

Os Srs. Deputados que o aprovam no âmbito das comissões pertinentes permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no Plenário, o Projeto de Lei nº 21.841/2016 do Poder Executivo, que institui o Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado da Bahia.

Para encaminhar a votação o deputado Luiz Augusto pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. LUIZ AUGUSTO:-** Srs. Deputados, este projeto de lei não é nada mais do que tentar regulamentar e dar uma segurança jurídica aos produtores rurais. O governo do Estado mandou o projeto de lei, nós sentamos com a Secretaria do Meio Ambiente, com os produtores rurais e chegamos a um consenso, para que pudesse dar uma segurança jurídica, principalmente ao pessoal do oeste, pois muitas pessoas, até por conta de problemas de financiamentos, os bancos começaram a princípio a exigir muitas coisas que não estavam na lei. E com esse projeto, regulamentamos esta lei aqui na Bahia e os produtores podem continuar produzindo e trazendo riqueza para a nossa Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o Projeto de Lei nº 21.841/2016 de autoria do Poder Executivo que “institui o Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado da Bahia”.

Em votação no primeiro turno. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

## **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 21.841/2016**

**Institui o Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado da Bahia, altera dispositivos da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, e da Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, bem como revoga a Lei nº 11.478, de 01 de julho de 2009.**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica instituído o Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais com o objetivo de adequar e promover a regularização ambiental de posses e propriedades rurais localizadas no Estado da Bahia, nos termos da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

**Parágrafo único** - As condições do Programa de Regularização Ambiental serão definidas por ato do Chefe do Executivo Estadual, sendo obrigatória a inscrição do imóvel no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR para a respectiva adesão.

**Art. 2º** - Os dispositivos da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, abaixo indicados, passam a vigorar com as seguintes redações:

“**Art. 14** - Integram também o SEIA o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR, o Cadastro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC, o Cadastro Estadual de Entidades Ambientais - CEEA, o Cadastro Estadual de Usuários dos Recursos Hídricos - CERH, o Cadastro de Dados e Informações Ambientais - CADIS, o Cadastro de Empreendimentos e Atividades de Pequeno Potencial Poluidor e o Cadastro de Empreendimentos e Atividades sujeitos a procedimento especial de licenciamento ambiental.

§ 1º - O Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR, equivalente no Estado da Bahia ao Cadastro Ambiental Rural - CAR, previsto no art. 29 da Lei Federal nº 12.651/2012, é o instrumento de registro público eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

.....  
§ 4º - O Cadastro Estadual de Usuários dos Recursos Hídricos, de Obras de Infraestrutura Hídrica e Organizações Cívicas é o instrumento de controle e planejamento das ações de gerenciamento dos recursos hídricos.

§ 5º - O Cadastro de Dados e Informações Ambientais - CADIS é o instrumento de sistematização dos dados e informações ambientais, integrante do GEOBAHIA, com vistas à racionalização dos estudos exigidos nas Avaliações de Impacto Ambiental, inclusive do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, bem como à ampliação da publicidade e do controle social nos procedimentos de licenciamento ambiental.

§ 6º - O Cadastro de Empreendimentos e Atividades de Pequeno Potencial Poluidor é o instrumento de regularização ambiental, onde

se reúnem as informações dos empreendimentos ou atividades de reduzido potencial degradador, identificados com base nos critérios conjugados de potencial poluidor e porte do empreendimento, na forma prevista em regulamento, mantida atribuição da autoridade ambiental, em casos específicos, exigir os estudos ambientais complementares e pertinentes à dúvida do impacto no caso específico, quando fica automaticamente prorrogado o efeito do cadastro até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente, como autoriza a parte final do §4º do artigo 14 da Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011.

§ 7º - A inscrição no Cadastro de Empreendimentos e Atividades de Pequeno Potencial Poluidor e no Cadastro de Empreendimentos e Atividades sujeitos a procedimento especial de licenciamento ambiental, suas renovações e as respectivas concessões ocorrerão na forma estabelecida em Regulamento e serão publicados no Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos – SEIA.

§ 8º - O órgão executor da Política Estadual de Meio Ambiente disponibilizará as informações do SEIA para integrá-las aos outros sistemas de informações federal, estaduais e municipais, com o objetivo de articular as ações de gestão, controle e monitoramento ambiental.”

“**Art.102**.....

**Parágrafo único** - Poderão ser autorizados pelo órgão ambiental competente o corte ou a supressão das espécies citadas neste artigo, mediante a adoção de medidas mitigadoras e compensatórias que assegurem a conservação da espécie.”

“**Art. 129** - As áreas florestais relacionadas com os Créditos de Reposição Florestal e vinculadas à reposição florestal deverão ser objeto de averbação à margem da matrícula do imóvel.

**Parágrafo único** - As áreas de plantios florestais vinculadas à reposição florestal mediante Crédito de Reposição Florestal terão esse vínculo encerrado, quando do corte definitivo desses plantios autorizados pelo INEMA, desde que o volume objeto do corte seja, no mínimo, igual ao volume que foi reconhecido.”

“**Art.169**.....

XIII - os valores pecuniários equivalentes aos custos de implantação e efetiva manutenção da Reposição Florestal;

XIV - outras receitas.....

§ 2º - Os recursos previstos nos incisos X, XI e XIII do *caput* deste

artigo, serão individualizados em subcontas distintas, para aplicação específica, nos termos estabelecidos em regulamento.....”

“**Art.182** .....  
§ 1º - A autoridade competente aplicará o desconto de até 90% (noventa por cento) sobre o valor da multa consolidada.  
.....”

**Art. 3º** - Os dispositivos da Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, abaixo indicados, passam a vigorar com as seguintes redações:

“**Art. 18** - .....  
I - as atividades ou empreendimentos que captem ou derivem águas superficiais ou subterrâneas;  
II - a construção de barragens, a atividade de aquicultura em tanque-rede e o aproveitamento hidrelétrico;  
III - as interferências nos leitos dos rios e demais corpos hídricos para a extração/exploração mineral ou de outros materiais, conforme legislação específica;  
.....  
VI - outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo d’água.”

**Art. 4º** - Ficam revogados os §§ 4º, 5º e 6º do art. 129 da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006 e a Lei nº 11.478, de 01 de julho de 2009.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de dezembro de 2016.

Deputado Rosemberg Pinto  
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou convocar uma sessão extraordinária a ser realizada um minuto após o encerramento dessa, mas gostaria de dizer aos Srs. Deputados que na próxima quarta-feira, os deputados que queiram aprovar títulos de Cidadão Baiano, Comenda Dois de Julho e essas coisas devem procurar os deputados Sandro Régis e Zé Neto. Quem trazer a dispensa de formalidade de qualquer projeto, eu coloco em votação. Na quarta-feira, de amanhã a 8. Tudo que tiver de Utilidade Pública, título de Cidadão Baiano e Comenda, peguem as assinaturas do

Líder do Governo, deputado Zé Neto, ou do Líder da Oposição, deputado Sandro Régis, que colocaremos em votação.

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, só uma comunicação inadiável. Infelizmente, acabou de ser assassinado mais um policial militar no Estado da Bahia, um amigo próximo, quase um amigo irmão, foi assassinado há meia hora. É o 25º policial militar assassinado neste ano. Acabou de falecer agora. Inclusive, estou me deslocando para o local, pois a própria família do mesmo trabalha comigo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Foi assassinado em Mirorós?

O Sr. Soldado Prisco:- Foi assassinado no bairro de Pituaçu.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sinto muito, meus sentimentos aos familiares e a V.Ex<sup>a</sup>, que era amigo do policial.

O Sr. Soldado Prisco:- Era do Batalhão de Choque. Um policial amigo, irmão meu. Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sinto muito.

A Sr<sup>a</sup> Maria del Carmen:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputada Maria del Carmen.

A Sr<sup>a</sup> Maria del Carmen:- Quero convidar os deputados para a posse da Frente Parlamentar em Defesa da Engenharia, da Arquitetura, do Urbanismo e todas as áreas afins da tecnologia, que será realizada segunda-feira, às 9h30min.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Declaro encerrada a sessão.

*Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.*

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.*